

# Termo de Referência 17/2023

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
17/2023	390096-COORDENACAO GERAL TECNOLOGIA DA INFORMACAO	MARCELO FLORENCIO DO NASCIMENTO	29/11/2023 11:25 (v 2.1)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		50000.014343/2023-24

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de renovação da garantia, suporte técnico, direito de atualização de versão dos softwares e suporte especializado para os ativos que compõem as soluções de TIC relacionadas na tabela abaixo, respeitando as características detalhadas, termos, condições e especificações técnicas que constam neste documento:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR DO ITEM	PRODUTO /CONTRATO /VERSAO	CATSER	METRICA	QTDE
--	1	Suporte e Garantia Técnica pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	Servidor Lenovo ThinkSystem SR950 Type: 7X12; Modelo: CTO1WW	PE03U8VV PE03U1YZ PE03U1YX PE03U1YW	27740	Servidor	4
1	2	Suporte e subscrição por instância pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	VMware vCenter Server 7 Standard	Contrato VMware nº 476968357	27464	Instância	1
	3	Suporte e subscrição por processador pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	VMware vSphere 7 Enterprise Plus for vCloud Suites	Contrato VMware nº 476968357	27464	CPU	16
		Suporte e subscrição por					

	4	instância pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	VMware NSX-t Data Center Advanced per Processor	Contrato VMware nº 476968357	27464	CPU	16
	5	Suporte e subscrição por instância pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	VMware vRealize Suite 2019 Advanced Edition (PLU)	Contrato VMware nº 476968357	27464	CPU	16
2	6	Suporte e Garantia Técnica pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	F5 Networks BIG-IP Séries i4800	F5-MGRO-RVTF F5-IHCF-LPDN	27740	Servidor	2
	7	Suporte e subscrição pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	Módulos de software Best Bundle: Local Traffic Manage (LTM); Serviços de DNS (DNS); Advanced routing (AVR); Advanced Firewall Manager (AFM); Access Policy Manager (APM) e Application Security Manager (ASM)	Best Bundle	27464	Unidade	1
	8	Suporte especializado BIG-IP, Best Bundle	Serviços de suporte técnico especializado para atualização, customização e transferência de conhecimento para o software e módulos do BIG-IP	-	27022	Serviço Mensal	36
3	9	Suporte e subscrição por usuário pelo período de 1 ano, na modalidade 24x7	Varonis DatAdvantage para Windows File Server	DAW-1501-2000PL	27464	Usuário	1400
	10	Suporte e subscrição por usuário pelo período de 1 ano, na modalidade 24x7	Varonis DatAdvantage para Microsoft Active Directory	DADS-2001-2500PL	27464	Usuário	1400
	11	Suporte e subscrição por usuário pelo período de 1 ano, na modalidade 24x7	Varonis DatAlert para Análise de comportamento e Alarme em tempo real de ameaças	DLS-2001-2500PL	27464	Usuário	1400

12	Suporte especializado Varonis	Serviços de suporte técnico especializado para atualização, customização e transferência de conhecimento para os softwares da fabricante Varonis	-	27022	Serviço Mensal	12
13	Suporte especializado Aruba/HPE	Serviços de suporte técnico especializado para solução de rede Wi-Fi do fabricante Aruba/HPE.	-	27022	Serviço Mensal	12

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizado como comuns, uma vez os serviços de tecnologia da informação aqui pretendidos, atendem a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que foram objetivamente definidos por meio de especificações usuais existente no mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de:

1.3.1. 36 (trinta e seis) meses, para os itens de 1 a 8, contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.2. 12 (doze) meses, para os itens de 9 a 13, contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. As especificações técnicas dos itens que compõem cada Solução de TIC constam no ANEXO I - Especificações Técnicas da Contratação deste Termo de Referência.

## 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência, realizado conforme a Instrução Normativa SGD-ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

2.2. A solução de TIC consiste em:

ITEM	DETALHAMENTO DA FINALIDADE DO SERVIÇO
1	<p>Renovar o suporte técnico e a extensão da garantia, pelo período de 36 meses, para os 04 (quatro) equipamentos da fabricante Lenovo, modelo SR950. Os equipamentos foram adquiridos em conjunto em 2018, como integrantes da solução de virtualização, para suportar todos os sistemas e serviços deste Ministério dos Transportes. Os equipamentos encontram-se em utilização plena e totalmente funcionais, sustentando todos os sistemas tecnológicos demandados por esta Pasta, porém com garantia e suporte técnico a vencer brevemente.</p> <p>A contratação de suporte técnico e extensão de garantia dos servidores Lenovo, SR950, com fornecimento de peças novas e originais, garantirá a disponibilidade dos serviços que estão hospedados nos equipamentos desta Casa, permitindo que em caso de falha, que estes sejam reparados em tempo hábil.</p>
2	<p>Renovar o licenciamento de uso, pelo período de 36 meses, do software de gerenciamento VMware vCenter 7 Standard, com direito de atualização e suporte técnico <i>Production</i> do fabricante. <i>Support Contract</i>: 476968357. O VMware vCenter foi adquirido em 2018, como integrantes da solução de virtualização, para suportar a infraestrutura virtual do vSphere. O VMware vCenter encontra-se em utilização plena e totalmente funcional, porém o suporte técnico o direito de atualização estão prestes a vencer brevemente.</p> <p>A contratação para atualização do licenciamento de virtualização, suporte técnico e garantia do software de gerenciamento VMware vCenter garantirá a disponibilidade dos serviços que estão hospedados na infraestrutura de virtualização implementado por esta Casa, permitindo que em caso de mal funcionamento, que estes sejam corrigidos em tempo hábil.</p>

3	<p>Renovar o licenciamento de uso, pelo período de 36 meses, da plataforma de virtualização VMware vSphere 7 Enterprise Plus for vCloud Suites, com direito de atualização e suporte técnico <i>Production</i> do fabricante. <i>Support Contract</i>: 476968357. O VMware vSphere foi adquirido em 2018, como integrantes da solução de virtualização, para virtualizar aplicativos de dimensionamentos vertical e horizontal. O VMware vSphere encontra-se em utilização plena e totalmente funcional, porém o suporte técnico o direito de atualização estão prestes a vencer brevemente.</p> <p>A contratação para atualização do licenciamento de virtualização, suporte técnico e garantia do software de gerenciamento VMware vCenter garantirá a disponibilidade, segurança, processamento, rede e demais recursos computacionais que estão hospedados na infraestrutura de virtualização implementado por esta Casa, permitindo que em caso de mal funcionamento, que estes sejam corrigidos em tempo hábil.</p>
4	<p>Renovar o licenciamento de uso, pelo período de 36 meses, do software de gerenciamento VMware NSX Data Center Advanced, com direito de atualização e suporte técnico <i>Production</i> do fabricante. <i>Support Contract</i>: 476968357. O VMware NSX foi adquirido em 2018, como integrantes da solução de virtualização, para fornecer um conjunto completo de recursos e serviços lógicos de rede e segurança definidos em software. O VMware NSX encontra-se em utilização plena e totalmente funcional, porém o suporte técnico o direito de atualização estão prestes a vencer brevemente.</p> <p>A contratação para atualização do licenciamento de virtualização, suporte técnico e garantia do software de gerenciamento VMware NSX garantirá a disponibilidade dos serviços lógicos de rede e segurança definidos em software que estão hospedados na infraestrutura de virtualização implementado por esta Casa, permitindo que em caso de mal funcionamento, que estes sejam corrigidos em tempo hábil.</p>
5	<p>Renovar o licenciamento de uso, pelo período de 36 meses, do software de gerenciamento VMware vRealize Suite 2019 Advanced Edition (PLU), com direito de atualização e suporte técnico <i>Production</i> do fabricante. <i>Support Contract</i>: 476968357. O VMware vRealize foi adquirido em 2018, como integrantes da solução de virtualização, para proporcionar gerenciamento inteligente e unificado sobre o desempenho, capacidade e configuração da infraestrutura física e virtual do vSphere. O VMware vRealize encontra-se em utilização plena e totalmente funcional, porém o suporte técnico o direito de atualização estão prestes a vencer brevemente.</p> <p>A contratação para atualização do licenciamento de virtualização, suporte técnico e garantia do software de gerenciamento VMware vRealize garantirá o gerenciamento inteligente e unificado da infraestrutura física e virtual do vSphere implementado por esta Casa, permitindo que em caso de mal funcionamento, que estes sejam corrigidos em tempo hábil.</p>
6	<p>Renovar, pelo período de 36 meses, o suporte técnico, licenciamento e a atualização de versão da versão do <i>appliance</i> BIG-IP Séries i4800 fornecido pela F5 Networks. O <i>appliance</i> foi adquirido em 2019, como integrantes da Solução de Balanceamento de Carga de Servidores e Solução de Segurança Web, para o garantir a distribuição uniforme da carga de conexões geradas pelos usuários dos sistemas, proporcionando otimização de recursos, maximização de desempenho e minimização do tempo de resposta. A Solução encontra-se em utilização plena e totalmente funcionais, respondendo pela disponibilidade e segurança de todos os sistemas tecnológicos demandados por esta Pasta, porém com garantia e suporte técnico vencidos em 03/06/2022.</p> <p>A contratação de suporte técnico, licenciamento e a atualização de versão, garantirá ainda que apenas os dados autorizados serão transmitidos e recebidos, evitando os acessos indevidos.</p>
7	<p>Renovar, pelo período de 36 meses, o suporte técnico, licenciamento e a atualização de versão dos módulos de softwares do Licenciamento <i>Best Bundle</i> fornecido pela F5 Networks. Os módulos foram adquiridos em 2019, como integrantes da Solução de Balanceamento de Carga de Servidores e Solução de Segurança Web, para realizar o tratamento seguro dos dados. A Solução encontra-se em utilização plena e totalmente funcionais, respondendo pela disponibilidade e segurança de todos os sistemas tecnológicos demandados por esta Pasta, porém com garantia e suporte técnico vencidos em 03/06/2022.</p> <p>A contratação de suporte técnico, licenciamento e a atualização de versão, garantirá ainda que apenas os dados autorizados serão transmitidos e recebidos, evitando os acessos indevidos.</p>

8	<p>Contratar, pelo período de 36 meses, serviços de suporte técnico especializado para atualização, customização e transferência de conhecimento para os softwares que compõe a solução de balanceamento de carga e solução de segurança web.</p> <p>O suporte especializado deve ser realizado preventivamente, de forma a monitorar a solução instalada e atender, sempre que solicitado, as atividades técnicas pertinentes ao serviço, tais como: Ajustes na topologia; Atualização de versões; Implementação de integrações; Ativação de novas funcionalidades; Troubleshooting; <i>Tunning</i>; Instalação de expansões no licenciamento; Hands-on; <i>Moving</i> dos equipamentos; Resolução de problemas; Emissão de relatórios; Ajustes de configuração na solução; Informações técnicas e Disparo de alertas.</p> <p>A contratação de serviços de suporte técnico especializado, garantirá a disponibilidade e integridade da solução de balanceamento de carga mantendo a solução ativa, atualizada e em execução.</p>
9	<p>Renovar o licenciamento de uso, pelo período de 12 meses, do software DatAdvantage para Windows File Server, com direito de atualização e suporte técnico do fabricante Varonis. O DatAdvantage para Windows File Server foi adquirido em 2018, como integrantes da solução de auditoria e proteção de dados, para auditar, controlar, gerenciar e monitorar as ações dos usuários do serviço de servidor de arquivos. O DatAdvantage para Windows File Server encontra-se em utilização plena e totalmente funcional, porém o suporte técnico e o direito de atualização venceu em 12/01/2021.</p> <p>A contratação da atualização do licenciamento, suporte técnico e garantia do software DatAdvantage para Windows File Server garantirá que haverá o controle e o monitoramento das ações dos usuários a fim de preservar a integridade dos dados que estão armazenados na infraestrutura de data center desta Casa, permitindo que em caso de mal funcionamento, que estes sejam corrigidos em tempo hábil.</p>
10	<p>Renovar o licenciamento de uso, pelo período de 12 meses, do software DatAdvantage para Microsoft Active Directory, com direito de atualização e suporte técnico do fabricante Varonis. O DatAdvantage para Microsoft Active Directory foi adquirido em 2018, como integrantes da solução de auditoria e proteção de dados, para auditar, controlar, gerenciar e monitorar as ações dos usuários do serviço de administração de diretório de usuários. O DatAdvantage para Microsoft Active Directory encontra-se em utilização plena e totalmente funcional, porém o suporte técnico e o direito de atualização venceu em 12/01/2021.</p> <p>A contratação da atualização do licenciamento, suporte técnico e garantia do software DatAdvantage para Microsoft Active Directory garantirá que haverá o controle e o monitoramento das ações dos usuários a fim de preservar a integridade dos dados que estão armazenados na infraestrutura de data center desta Casa, permitindo que em caso de mal funcionamento, que estes sejam corrigidos em tempo hábil.</p>
11	<p>Renovar o licenciamento de uso, pelo período de 12 meses, do software DatAlert, com direito de atualização e suporte técnico do fabricante Varonis. O DatAlert foi adquirido em 2018, como integrantes da solução de auditoria e proteção de dados, para prevenir ações e comportamentos suspeitos em tempo real, e proteger os dados. O DatAlert encontra-se em utilização plena e totalmente funcional, porém o suporte técnico e o direito de atualização venceu em 12/01/2021.</p> <p>A contratação da atualização do licenciamento, suporte técnico e garantia do software DatAlert garantirá os acionamentos, em formato de alertas, e em tempo real, de ameaças internas por meio de análise de comportamentos dos usuários (UBA) preservando a integridade e disponibilidade dos dados que estão armazenados na infraestrutura de data center desta Casa, permitindo que em caso de mal funcionamento, que estes sejam corrigidos em tempo hábil.</p>
12	<p>Contratar, pelo período de 12 meses, serviços de suporte técnico especializado para atualização, customização e transferência de conhecimento para os softwares que compõe a solução de auditoria e proteção de dados.</p> <p>O suporte especializado deve ser realizado preventivamente, de forma a realizar análise do comportamental (<i>HealthCheck</i>) e apresentar relatório com diagnóstico de cada ocorrência pertinente ao serviço.</p> <p>A contratação de serviços de suporte técnico especializado, garantirá que a solução de auditoria e proteção de dados seja avaliada periodicamente e preventivamente, aplicando as melhores práticas, bem como otimizando os processos de auditoria de TIC.</p>

- |    |   |
|----|---|
| 13 | Contratar, pelo período de 12 meses, serviço de suporte técnico especializado para atualização, customização e transferência de conhecimento para os softwares e hardwares, do fabricante Aruba/HPE, que compõem a solução de rede Wi-Fi dos Ministérios de Transportes e de Portos e Aeroportos. |
|----|---|

### 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

#### 3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

3.1.1. Nos últimos anos o Ministério dos Transportes (MT) modernizou a infraestrutura de tecnologia da informação adquirindo soluções de TIC que contribuíram para garantir a continuidade e disponibilidade dos sistemas, serviços e aplicações, além de entregar camada de segurança na proteção de dados e no acesso aos principais serviços disponibilizados na internet.

3.1.2. Com a proximidade do encerramento dos serviços de suporte e garantia das Soluções de Virtualização de Servidores, Balanceamento de Carga de Servidores e Segurança Web, Auditoria e Proteção de Dados e Solução de Rede Wi-Fi, torna-se crucial atentar-se para o potencial impacto de qualquer falha em seus componentes. Essas soluções desempenham um papel vital na manutenção da disponibilidade dos serviços e sistemas informáticos, tais como: SUPER, SIGESA, SCP, Escritório Digital, Intranet, Correio Eletrônico, Armazenamento em rede, entre outros, que desempenham um papel de suma importância nas atividades essenciais da Pasta e estão à disposição tanto para uso interno quanto para a sociedade em geral.

3.1.3. Neste contexto, como forma de minimizar possíveis perdas de dados decorrentes de falhas graves nas citadas Soluções de TIC, como por exemplo dano permanente, causado por desgaste, ataque cibernético, erros humanos, atualizações problemáticas e outros fatores, optou-se pela extensão de garantia do suporte técnico especializado e do direito de atualização de softwares. Essa medida visa otimizar o retorno sobre o investimento já efetuado e assegurar um suporte adequado e contínuo.

3.1.4. A extensão de garantia também visa proporcionar uma vida útil mais prolongada aos equipamentos mencionados, com o intuito de aprimorar a confiabilidade e a disponibilidade dos serviços oferecidos por eles. Além disso, permite a mobilização de profissionais especializados e atualizados com as melhores práticas de segurança e as mais recentes funcionalidades lançadas pelos fabricantes das soluções.

3.1.5. O suporte técnico permite acionar profissionais especializados nos produtos e soluções adotados que serão capazes de corrigir falhas e problemas técnicos, minimizando o tempo de inatividade e garantindo a disponibilidade dos serviços para os usuários.

3.1.6. O direito de atualização de softwares busca evitar os riscos de indisponibilidades, danos a sistemas e até perda de dados no caso de exploração bem sucedidas à vulnerabilidades no ambiente, em uma situação na qual o licenciamento do MT não seja renovado.

3.1.7. Além dos benefícios operacionais e financeiros mencionados, a ampliação do tempo de utilização dos equipamentos de TIC contribui para evitar o descarte prematuro e desnecessário desses dispositivos, resultando na redução do impacto ambiental relacionado ao descarte de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

3.1.8. Importante ressaltar que conforme a PORTARIA MGI Nº 43, DE 31 DE JANEIRO DE 2023, o Ministério dos Transportes (MT) passou a exercer o papel de órgão provedor de recursos de TIC para o órgão demandante Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR). Assim, a necessidade apresentada neste Termo alcança também os usuários do MPOR, pois esses utilizam os recursos que fazem parte desta pretensão contratação.

3.1.9. Portanto, a contratação de serviços de garantia e suporte técnico não apenas assegura a continuidade operacional, a proteção de dados e a melhoria de desempenho das soluções de TIC, mas também contribui para a redução do impacto ambiental ao prolongar a vida útil dos equipamentos. Isso permitirá que os Ministérios dos Transportes e de Portos e Aeroportos aproveitem plenamente os benefícios dessas soluções, garantindo que os investimentos realizados sejam duradouros e eficazes a longo prazo, maximizando o tempo de utilização dos equipamentos e reduzindo a necessidade de substituições frequentes.

#### 3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

3.2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I - ID PCA no PNCP: 37115342000167-0-000001/2023;

II - Data de publicação no PNCP: 20/05/2023;

III - Id do item no PCA: 28;

IV - Classe/Grupo: 166 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC (Serviços de Suporte, Atualização e Manutenção de Hardware e Software.);

V - Identificador da Futura Contratação: 390004-25/2022.

3.2.2. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2022 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2019/2023 do Ministério dos Transportes, conforme demonstrado abaixo:

ESTRATÉGIA DE GOVERNO DIGITAL - 2020 a 2022	
(Fonte: <a href="https://www.gov.br/governodigital/pt-br/EGD2020">https://www.gov.br/governodigital/pt-br/EGD2020</a> )	
Objetivo 11	Garantia da segurança das plataformas de governo digital e de missão crítica
Iniciativa 11.1	Garantir, no mínimo, 99% de disponibilidade das plataformas compartilhadas de governo digital, até 2022.
Iniciativa 11.3	Definir padrão mínimo de segurança cibernética a ser aplicado nos canais e nos serviços digitais, até 2022.

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
INFRAESTRUTURA CORPORATIVA	Prover infraestrutura corporativa tecnológica e suporte logístico integrados, seguros e de alto desempenho.
INFORMAÇÕES	Aprimorar a disponibilidade, qualidade e a integração das informações.

ALINHAMENTO AO PDTIC - 2019-2023			
ID	Ação do PDTIC	ID	Objetivos Estratégicos
AC4.3.1.1	Atualização da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	ME4.3.1	Atualizar 25% da Infraestrutura de TI

### 3.3. Parcelamento da Solução de TIC

3.3.1. O agrupamento e adjudicação em Grupo é lícito, “desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si” (Acórdão TCU 5.260/2011-1ª Câmara). É certo que, conforme disserta o Acórdão TCU nº 861/2013, o “aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública”.

3.3.2. Ao se admitir diversos fornecedores, além da perda de uniformidade e padronização da solução, corre-se o risco de haver descompasso no fornecimento dos itens, além da elevação da complexidade dos procedimentos de gestão contratual.

3.3.3. Além disso, em consequência do grande vínculo existente entre as funções que fazem parte do escopo dos serviços, caso sejam fracionados, corre-se o risco de haver equipes distintas pouco integradas, podendo ocasionar danos à operação de TIC do MT, haja vista que, como serviços de missão crítica, qualquer interrupção ou incidente que comprometa a sua efetiva continuidade pode causar sérios prejuízos a este Ministério, com a efetiva continuidade dos serviços prestados a sociedade.

3.3.4. Desse modo, avaliando as características do objeto pretendido neste Termo de Referência, consideramos que o agrupamento para alguns itens da pretensão contratual é técnica e economicamente viável sendo que sua divisão pode prejudicar o conjunto do objeto, além de gerar outros custos relacionados à coexistência de diversos contratos, potencializando riscos e dificuldades na gestão técnica e administrativa de uma pluralidade de contratos autônomos.

3.3.5. Assim, a contratação será parcelada em dois itens e três grupos, sendo que os grupos estão apresentados da seguinte maneira:

3.3.5.1. **ITEM 1** - Suporte e Garantia Técnica pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7, para o 4 Equipamentos da Fabricante Lenovo, Modelo ThinkSystem SR950.

3.3.5.2. **GRUPO 1** - Serviço de Suporte e subscrição, por instância ou por processador, pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7 para os softwares:

I - ITEM 2 - VMware vCenter Server 7 Standard

II - ITEM 3 - VMware vSphere 7 Enterprise Plus for vCloud Suites

III - ITEM 4 - VMware NSX-t Data Center Advanced per Processor

IV - ITEM 5 - VMware vRealize Suite 2019 Advanced Edition (PLU)

3.3.5.3. **GRUPO 2** - Serviço de Suporte e Garantia Técnica pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7 para:

I - ITEM 6 - F5 Networks BIG-IP Séries i4800

II - ITEM 7 - Módulos do software Best Bundle: Local Traffic Manager (LTM); Serviços de DNS (DNS); Advanced routing (AVR); Advanced Firewall Manager (AFM); Access Policy Manager (APM) e Application Security Manager (ASM)

III - ITEM 8 - Serviços de suporte técnico especializado para atualização, customização e transferência de conhecimento para o software e módulos do BIG-IP

3.3.5.4. **GRUPO 3** - Serviço de Suporte e subscrição por usuário pelo período de 1 ano, na modalidade 24x7 para os softwares:

I - ITEM 9 - Varonis DatAdvantage para Windows File Server

II - ITEM 10 - Varonis DatAdvantage para Microsoft Active Directory

III - ITEM 11 - Varonis DatAlert para Análise de comportamento e Alarme em tempo real de ameaças

IV - ITEM 12 - Serviços de suporte técnico especializado para atualização, customização e transferência de conhecimento para os softwares da fabricante Varonis

3.3.5.5. **ITEM 13** - Serviços de suporte técnico especializado para solução de rede Wi-Fi do fabricante Aruba/HPE.

### 3.4. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

#### 3.4.1. Segurança

I - O suporte técnico contínuo garantirá que as atualizações de segurança sejam aplicadas regularmente, reduzindo as vulnerabilidades e melhorando o isolamento entre máquinas virtuais;

II - Possibilitar a mitigação de riscos de segurança da informação associados à exposição, perdas, violações e/ou vazamentos de dados intencionais ou não por usuários do MT/MPOR;

III - Ampliar o uso de firewalls de aplicativos web (WAFs) para proteger contra ataques direcionados a aplicativos hospedados, minimizando os riscos de exploração.



IV - Garantirá a aplicação regular de patches de segurança e atualizações nos sistemas de balanceamento de carga, reduzindo as vulnerabilidades.

V - Possibilitar a mitigação de riscos de segurança com a filtragem de tráfego em tempo real para bloquear ameaças como injeções SQL, cross-site scripting (XSS) e outros ataques comuns.

#### 3.4.2. Eficiência

I - Gerenciar os dados de modo mais efetivo, de forma a rastrear rapidamente onde estão os dados e quem tem acesso, com registro de todos os eventos ocorridos com os dados monitorados;

II - Melhorar a qualidade dos serviços de TIC prestados pelos Ministérios dos Transportes e de Portos e Aeroportos à sociedade, com adoção das melhores práticas de mercado relativas à segurança da informação e comunicação com a implementação da solução tecnológica que se pretende contratar;

III - Possibilitar ao MT/MPOR dimensionar sua infraestrutura de virtualização de maneira eficiente, aumentando ou diminuindo os recursos conforme necessário, sem interrupções significativas.

IVI - Escalabilidade dinâmica com base nas demandas de tráfego, otimizando o uso de recursos conforme necessário.

VI - Otimizar o desempenho dos aplicativos, reduzindo a carga de tráfego malicioso e melhorando a experiência do usuário.

VII - O serviço de suporte auxiliará na implementação e configuração adequadas da solução de segurança web, acelerando o processo de proteção.

VII - Prevenir a ocorrência de incidentes cibernéticos que podem causar impactos à imagem e reputação do MT/MPOR, inclusive o que dispõe a Lei de Proteção de Dados Pessoais;

VII - Alinhamento estratégico ao PDTIC, garantindo a entrega de valor para que as áreas finalísticas logrem alcançar seus objetivos específicos no âmbito da Missão Institucional do MT/MPOR.

#### 3.4.3. Disponibilidade

I - Fornecer alta disponibilidade, redirecionando automaticamente o tráfego para servidores funcionais em caso de falha;

II - Garantir implementações adequadas de estratégias de backup e recuperação, permitindo restaurar rapidamente as máquinas virtuais em caso de falhas;

III - Distribuir o tráfego entre vários servidores, eliminando pontos únicos de falha e aumentando a disponibilidade geral do serviço;

IV - Bloquear ataques antes que eles alcancem os aplicativos, garantindo a disponibilidade contínua dos serviços online;

V - Impulsionar o índice de disponibilidade dos ambientes Active Directory e Windows File Server;

VI - Ampliar o índice de confiabilidade dos usuários em relação aos serviços de AD e compartilhamento de arquivos, tendo em vista a garantia de segurança destes serviços com a implantação da solução;

#### 3.4.4. Economicidade

I - Aproveitar ao máximo os recursos das Soluções de TIC, evitando investimentos desnecessários em hardware e software;

II - Reduzir os riscos financeiros associados a penalidades regulatórias e perda de reputação quando se evita violações de segurança e ataques cibernéticos;

III - Mitigar internamente os riscos de falhas na segurança dos dados institucionais, bem como identificar, investigar e tratar ocorrências, tendo em vista que a perda, roubo e/ou vazamento de dados do Órgão podem propiciar inúmeros inconvenientes e prejuízos financeiros tanto ao próprio MT/MPOR quanto aos usuários de seus sistemas.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1. Requisitos de Negócio

4.1.1. Garantir o funcionamento ininterrupto dos serviços de TI que apoiam o negócio, como sites, sistemas, bancos de dados, aplicações, rede interna, internet, monitoramento de infraestrutura de TI, entre outros.

4.1.2. Manter os níveis de serviços de desempenho, de disponibilidade, de Integridade, de conectividade e de segurança dos sistemas e serviços precisos e confiáveis.

4.1.3. Assegurar que os ativos de TIC que compõem as Soluções de TIC desta contratação estejam disponíveis e em bom estado ao longo de sua vida útil.

4.1.4. Garantir o funcionamento ininterrupto dos serviços de TI frente as adequações e/ou cortes orçamentários de TIC.

4.1.5. Atender às necessidades do Ministério para o serviço de suporte técnico e garantia por empresa especializada.

4.1.6. O Suporte deverá ser especializado, podendo ser executado remotamente ou localmente dependendo da criticidade. A avaliação do chamado quanto a criticidade será feita pelo Ministério;

4.1.7. Os serviços de manutenção corretiva, assistência e suporte técnico para os equipamentos já existentes no Ministério contemplarão a substituição de equipamentos e/ou módulos e/ou componentes (fontes, “fans”, sfp, etc.) que apresentem defeito durante a vigência da garantia.

### 4.2. Requisitos de Capacitação

4.2.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

4.2.2. Qualquer documentação técnica que venha a ser produzida deverá garantir a transferência de conhecimento à CONTRATANTE, a fim de proporcionar o nível de informação necessário à operação da solução e possíveis intervenções.

4.2.3. Ainda, a CONTRATADA deve prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE acerca do fornecimento ou de características técnicas dos equipamentos ou dos softwares em até 24 horas corridas.

### 4.3. Requisitos Legais

4.3.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações.

### 4.4. Requisitos de manutenção

4.4.1. A CONTRATADA deve prestar serviço de suporte técnico durante toda a vigência contratual;

4.4.2. O suporte técnico, prestado pela CONTRATADA e/ou pelo FABRICANTE, deve contemplar os serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa dos objetos, além de atualizações de versão e de releases dos softwares, sem qualquer custo adicional;

4.4.3. O Suporte deverá ser especializado, podendo ser executado remotamente ou localmente dependendo da criticidade ou dificuldade. A avaliação do chamado quanto a criticidade será feita pela CONTRATANTE;

4.4.4. A documentação produzida durante a execução dos serviços, seja em papel ou meio eletrônico, será de propriedade do CONTRATANTE e não deverá ser divulgado sem sua expressa autorização;

4.4.5. A manutenção preventiva consiste na instalação de atualizações e engloba a atualização de versões de softwares e firmwares, incluindo upgrades, updates ou patches de correção;

4.4.6. A manutenção preventiva compreende a visita de técnico(s) da CONTRATADA em horários previamente agendados com a CONTRATANTE;

4.4.7. A CONTRATADA deve manter a CONTRATANTE informada das versões/atualizações, correções (patches) e vulnerabilidades dos softwares e firmwares, fornecidos nos componentes da solução;

- 4.4.8. A manutenção corretiva é aquela destinada a corrigir eventuais defeitos apresentados pelo software ou pelo hardware;
- 4.4.9. As manutenções corretivas serão efetuadas mediante abertura de chamado pela CONTRATANTE, com a finalidade de correção do defeito, inclusive para atualização da versão dos softwares;
- 4.4.10. Antes da abertura dos chamados, a CONTRATANTE fará verificações básicas acerca da alimentação, conectividade dos produtos envolvidos e outros problemas de menor complexidade;
- 4.4.11. O prazo para resolução dos chamados será contado a partir do momento da identificação do chamado;
- 4.4.12. Poderão ser abertos chamados de consultas técnicas para sanar dúvidas, repassar conhecimentos ou obter melhores práticas;
- 4.4.13. Para cada chamado técnico, a CONTRATADA deverá informar um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas;
- 4.4.14. Os chamados poderão ser abertos através dos seguintes canais:
- a) Telefone 0800 ou chamada com custo de ligação local em Brasília/DF;
  - b) E-mail;
  - c) Página web (ou chat) mantida pela CONTRATADA ou pelo FABRICANTE da solução.
- 4.4.15. A CONTRATADA deverá informar o sítio Web do fabricante para suporte aos produtos ofertados, onde poderão ser obtidos os drivers, e demais atualizações necessárias ao adequado funcionamento da solução;
- 4.4.16. As manutenções preventiva e corretiva também incluem o suporte remoto das 8h às 18h, 5(cinco) dias por semana, fornecidos pela CONTRATADA e/ou pelo fabricante;
- 4.4.17. Entende-se por suporte remoto aquele prestado por telefone, e-mail, chat ou qualquer outro meio utilizado pelo técnico da CONTRATADA ou Fabricante para instruir a equipe técnica da CONTRATANTE, desde que não seja necessária a presença daquele técnico nas dependências da CONTRATANTE;
- 4.4.18. O chamado técnico que ensejar atualização de softwares ou a aplicação de patches, poderão ser atendido na modalidade on-site ou remoto;
- 4.4.19. O atendimento on-site deve ser prestado na Sede do Ministério dos Transportes, em Brasília/DF;
- 4.4.20. Durante o prazo de vigência do suporte técnico, a CONTRATADA terá a obrigação de substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer software ou componente de hardware que apresente defeito, ainda que decorra do desgaste natural;
- 4.4.21. Caso algum módulo ou componente de programa ou de hardware seja descontinuado, deverá ser fornecido, sem custo adicional para fins de atualização, outro, com configuração que lhe confira toda a funcionalidade da versão anterior ou última atualização fornecida;
- 4.4.22. Caso a solução falhe recorrentemente mais de 3 (três) vezes, pelo mesmo motivo, ficando constatado que não está atendendo efetivamente a demanda, em um período de 30 (trinta) dias, a mesma deverá ser substituída pela CONTRATADA por uma solução equivalente, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 4.4.23. A substituição deve ocorrer em até 72h (setenta e duas horas) após a 4ª comunicação do problema.

#### **4.5. Requisitos Temporais**

- 4.5.1. A entrega das licenças deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, contados da data da emissão de Ordem de Serviços - OS por parte da CONTRATANTE.
- 4.5.2. Caso se veja impossibilitada de cumprir com o prazo estipulado no item anterior, a empresa CONTRATADA deverá, por escrito, solicitar prorrogação do prazo e apresentar justificativas.
- 4.5.3. O pedido de prorrogação, com indicação do novo prazo, quando for o caso, deverá ser encaminhado à fiscalização do CONTRATANTE, que poderá, de modo justificado, acolher ou não o pedido. Vencidos os prazos de entrega ou de prorrogação e não cumprida a obrigação de entrega, o CONTRATANTE oficiará a empresa CONTRATADA acerca do transcurso da data limite, passando o inadimplemento, sendo aplicáveis as sanções previstas no Termo de Referência e demais instrumentos legais.

4.5.4. Não há necessidade de fornecimento de mídias físicas para o licenciamento a ser adquirido.

4.5.5. As licenças e chaves de ativação necessárias deverão ser enviadas via protocolo e compor a documentação de entrega, após emissão de OS. Somente será considerado entregue após confirmação de recebimento pela CONTRATANTE.

4.5.6. As licenças fornecidas deverão estar cobertas por garantia integral, pelo período mínimo definido na especificação do serviço da tabela da Seção 1.1, a contar da data do recebimento.

4.5.7. Problema no licenciamento, caso comprovado, deverá ser sanado dentro dos tempos estipulados. Quando não for possível solucionar o problema no prazo estipulado, caso autorizado pela CONTRATANTE, deverá ser fornecido outra licença de igual configuração ou superior, até resolução definitiva do problema.

4.5.8. Considerando que os recursos fornecidos pela solução a ser contratada são imprescindíveis à execução diária das atividades deste Ministério e que, se paralisados, podem pôr em risco a continuidade das atividades da Administração, não se mostra sensato exigir que sua vigência fique limitada a 12 (doze) meses, já que a prática administrativa é de prorrogar contratos desta natureza pelo período máximo permitido em lei (120 meses). Portanto, é notável a vantagem para a Administração Pública adotar vigência superior a 12 (doze) meses para serviços de natureza contínua, uma vez que o interesse real é de contratá-los por maior período. Dessa maneira, além de permitir maior competitividade, reduz os custos administrativos e mitiga os riscos de indisponibilidade dos serviços de TIC por problemas que possam surgir nos processos de renovações contratuais.

#### **4.6. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

4.6.1. Aumentar o nível de segurança da operação de tecnologia do Contratante;

4.6.2. O serviço terá a participação e cooperação da Área de TI do Contratante durante toda a duração do contrato;

4.6.3. A CONTRATADA irá prestar auxílio à equipe de Segurança da Informação do Contratante no suporte direto à solução contratada;

4.6.4. Todos os profissionais devem ser credenciados junto à Contratante, para que sejam autorizados a retirar e a entregar documentos, bem como prestar serviços em qualquer dependência da Contratante;

4.6.5. A CONTRATADA deverá observar e respeitar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação do MT, assim como as suas atualizações;

4.6.6. Deve ser mantido sigilo sobre todos os ativos de informações e de processos que se refiram ao Contratante, conforme TERMO DE COMPROMISSO e TERMO DE CIÊNCIA, que comporão o presente processo;

4.6.7. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, da Contratante, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

4.6.8. Observância às diretrizes estabelecidas pela Política de Segurança da Informação e Comunicações do Contratante e demais normas sobre o assunto, no que couber.

#### **4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.7.1. A CONTRATADA deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental.

4.7.2. A execução do objeto deste contrato será realizada de acordo com os critérios contidos no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, no Decreto n.º 7.746/12, alterado pelo Decreto n.º 9.178/17, que estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, na Lei n.º 12.305/10, que institui a Política de Resíduos Sólidos, como também nas questões referentes ao Guia Nacional de Contratações sustentáveis no que diz respeito a Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.

4.7.3. São diretrizes de sustentabilidade, a serem observadas pela CONTRATADA, entre outras: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

4.7.4. Observar sempre as melhores práticas de configuração de software e sua aderência ao ambiente de infraestrutura existente.

4.7.5. As configurações de software deverão ser executadas visando alto desempenho com o uso racional de energia, evitando-se a sobrecarga de equipamentos ou dispositivos elétricos.

#### **4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

4.8.1. Não aplicável a esta contratação.

#### **4.9. Requisitos de Garantia e Assistência Técnica**

4.9.1. A garantia, o suporte e a manutenção funcionarão de acordo com o estabelecido no ANEXO I - Especificações Técnicas da contratação deste Termo de Referência.

#### **4.10. Requisitos de Experiência Profissional**

4.10.1. Os serviços deverão ser prestados por profissionais devidamente capacitados nos produtos adquiridos, bem como, com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

#### **4.11. Requisitos de Formação da Equipe**

4.11.1. Toda e qualquer intervenção nos componentes da solução, incluindo configuração inicial, integração com o ambiente operacional, deve ser realizada por profissionais comprovadamente qualificados pelo fabricante da solução ou pela CONTRATADA.

#### **4.12. Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.12.1. O planejamento dos serviços de instalação deve resultar num documento de escopo de trabalho. Neste documento devem constar:

4.12.1.1. As atividades que serão realizadas, os prazos estimados para cada atividade, as diretrizes dos serviços que serão realizados, os locais de execução, as informações necessárias e os padrões que serão aplicados;

4.12.2. Todos os parâmetros a serem configurados deverão ser alinhados entre as partes em reuniões de pré-projeto, devendo a CONTRATADA sugerir as configurações de acordo com normas técnicas e boas práticas, cabendo à CONTRATANTE a sua aceitação expressa ou recusa nos casos de não atendimento das condições estabelecidas;

4.12.3. A instalação, atualização e configuração dos softwares adquiridos será realizada pela CONTRATADA;

4.12.4. A CONTRATANTE será a responsável pela gestão do contrato e pela verificação da aderência aos padrões de qualidade exigidos dos produtos e serviços entregues, e a CONTRATADA será responsável pelo fornecimento dos equipamentos, peças, componentes de hardware ou softwares e gestão dos recursos humanos e materiais necessários para a prestação do suporte técnico.

4.12.5. Os serviços de suporte técnico deverão ter início imediatamente à emissão da Ordem de Serviços.

#### **4.13. Outros Requisitos Aplicáveis**

4.13.1. Nos termos do Capítulo V (arts. 41 e 42) do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, é fortemente recomendável que a CONTRATADA possua ou desenvolva PROGRAMA DE INTEGRIDADE, que consiste num conjunto de “mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira”.

#### **4.14. Vistoria**

4.14.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h30 horas às 16h30 horas.

4.14.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.14.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.14.3.1. As empresas interessadas em vistoriar o local de execução dos serviços objeto dessa contratação, deverão entrar em contato com a Coordenação de Infraestrutura Tecnológica, por meio dos telefones (61) 2029-8160 ou pelo e-mail [coint@transportes.gov.br](mailto:coint@transportes.gov.br)

4.14.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal (ANEXO V - Modelo de Declaração para Vistoria/Não Vistoria) assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.14.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### 4.15. Sustentabilidade

4.15.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, pela possibilidade de geração de resíduos sólidos, a Contratada deverá considerar o que preconiza a Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (5ª edição), disponível no site da AGU no endereço: [https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs\\_082022.pdf](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs_082022.pdf).

#### 4.16. Subcontratação

4.16.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual e, tampouco, a participação de empresas em consórcio na licitação, tendo em vista a natureza e baixa complexidade do objeto. Sua execução deve estar sob a responsabilidade direta da Contratada, de maneira a mitigar dificuldades em se delimitar responsabilidades em caso de descumprimento de cláusulas contratuais e níveis mínimos de serviços.

4.16.2. A participação de empresas em consórcio, trata-se de escolha discricionária da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas.

4.16.3. Assim, compete-nos justificar que, via de regra, prevalece a vedação à participação dos consórcios em licitações em que o objeto for comum, simples e de pequena monta; a opção da Administração por vedar ou permitir a participação de empresas reunidas em consórcio na licitação deve ter como parâmetro a conjugação de elementos como vulto, dimensão e complexidade, devendo ser assegurada no caso concreto a ampla competitividade no certame.

4.16.4. O objeto em exame, embora possua valor significativo, está bem abaixo daquele valor considerado de grande vulto, definido no Art. 6º, Inciso XXII, da Lei 14.133/21, cujo valor estimado supere R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), além do objeto não esbarrar em questões de maior complexidade técnica, não se justificando, de fato, a necessidade de formação de consórcios entre empresas para que o interesse público seja alcançado.

4.16.5. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

4.16.6. A participação de empresas constituídas na forma de cooperativas não será permitida neste processo de licitação. Isso se deve ao fato de que os serviços abrangidos pelo objeto desta contratação, conforme categorizados no Catálogo de Grupos de Serviços (CATSER) do Portal do Comprasnet, fazem parte do conjunto de serviços listados no Termo de Conciliação Judicial previamente acordado entre o Ministério Público do Trabalho e a União. Essa inclusão está especificada na alínea 'h' da Cláusula Primeira do referido Termo, que abrange 'Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações'.

#### 4.17. Garantia da Contratação

4.17.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.17.2. O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º do art. 96.

4.17.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato. 4.17.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### 4.18. Declaração quanto as restrições mencionadas na IN SGD/ME Nº 94/2022

4.18.1. Os bens e serviços que constituem o objeto deste Termo não incide nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º e 4º da IN SGD /ME Nº 94/2022.

4.18.2. O presente Termo foi elaborado respeitando as vedações constantes no artigo 5º da IN SGD/ME Nº 94/2022.

4.18.3. A presente contratação não é objetivo de aprovação específica da SGD/ME prevista no § 2º, do Art. 1º da IN SGD/ME Nº 94/2022, conforme pode ser observado no § 2º, do Art. 2º da IN SGD/ME Nº 94/2022:

"§ 1º Para contratações cuja estimativa de preços seja inferior ao disposto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou seja, contratações diretas por dispensa em razão do valor que são normatizadas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, e suas atualizações, a aplicação desta norma é facultativa, exceto quanto ao disposto nos arts. 6º e 24 desta Instrução Normativa, devendo o órgão ou entidade realizar procedimentos de contratação adequados, nos termos da legislação vigente. § 2º Os órgãos e entidades deverão observar os limites de valores para os quais os processos de contratações de TIC deverão ser submetidos à aprovação técnica prévia do Órgão Central do SISP, conforme disposto no art. 9º-A do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011."

4.19. Declaração quanto ao enquadramento ao Decreto 9.507 de 21/09/2018 4.19.1. Os bens e serviços que constituem o objeto desta contratação enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

#### 4.20. Conformidade Documental e Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento

4.20.1. Todos os documentos produzidos pela Equipe de Planejamento da Contratação, tais como: Documento de Formalização da Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar – ETP e Termo de Referência – TR, estão de acordo com os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP (art. 8º, §2, da IN SGD/ME Nº 94/2022), tendo sido observado o princípio da padronização (Artigo 47 da Lei nº 14.133/2021).

4.20.2. Os modelos estão disponíveis no endereço [https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes /templates-e-listas-de-verificacao](https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/templates-e-listas-de-verificacao).

4.20.3. O documento Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência, está em conformidade quanto a forma de elaboração definida pelo §7º do art. 9º da IN SGD/ME Nº 94/2022, sendo confeccionado em formato digital, aprovado e assinado pelos Integrantes Técnico e Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação e pela Autoridade máxima da Área de TIC , de número ETP (SUPER nº 7611395), UASG 390096, disponibilizado pela SEGES/ME.

4.20.4. A presente contratação cumpre às normas especificadas no Anexo I da IN SGD/ME Nº 94/2022, especificamente o Item 1. CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE E SERVIÇOS AGREGADOS. Não identificou-se nenhum modelo do Órgão do SISP para ser aplicado a esta contratação.

4.20.5. Por não se tratar de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, a portaria SGD/MGI nº 750, de 20 de março de 2023 não se aplica a esta contratação.

## 5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

### 5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.2.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.2.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.2.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.2.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.2.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.2.10. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.2.6. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.2.7. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso;

5.2.10. executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

5.2.11. não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização do Contratante;

5.2.12. não fazer uso das informações prestadas pelo Contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento da contratação em questão;

5.2.13. comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

### Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato;

6.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

6.1.2.1. Após a assinatura do Contrato, o Gestor do contrato deve convocar a Reunião Inicial com todos os envolvidos na contratação. Na Reunião Inicial:

6.1.2.1.1. O representante legal da contratada deverá apresentar o Preposto bem como os técnicos envolvidos na execução do serviço;

6.1.2.1.2. Na oportunidade da reunião, também deverão ser apresentados as declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência;



6.1.2.1.3. A CONTRATADA deverá entregar, devidamente assinados, o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência;

6.1.2.1.4. Serão nivelados os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços, a qual ocorrerá nas dependências do Ministério, em Brasília /DF ou de forma remota.

6.1.2.1.5. A execução dos serviços será condicionada à abertura e autorização prévia de ordem de serviço (OS) emitida pelo CONTRATANTE, que também controlará prazos, quantidades e produtos/serviços a serem entregues.

6.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

Nº da Etapa	Etapa	Atividade	Marco	Data ou Período
1	Iniciação	Reunião inicial conforme previsto no art. 31, I da IN SGD/ME nº 94/2022	Ata assinada por todos os presentes	Agendada para ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis a contar da respectiva data de assinatura do contrato.  O Preposto deverá ser formalmente indicado em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.
2	Preparação para início da prestação	Repasse do conhecimento e configuração das credenciais de acesso e de ambiente para início dos serviços.  Emissão das declarações/certificados do fabricante comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência	Recebimento das Declarações /Certificados de extensão da garantia pela Equipe de Fiscalização do Contrato	Desde a reunião inicial até a data de início da prestação
3	Início da prestação	Início efetivo da prestação do objeto	Expedição da Ordem de Serviços	Data de início que será definida na reunião inicial.
4	Execução e acompanhamento do contrato	Execução e monitoramento normal dos serviços	Expedição e fechamento das demais Ordens de Serviços	Desde o início da reunião inicial até o final do respectivo contrato
5	Encerramento do contrato	Atividades de transição e encerramento do contrato	Termo de Encerramento do Contrato	30 (trinta) dias antes do encerramento contratual

**Local e horário da prestação dos serviços**

6.2. Para execução prevista de forma presencial, a localidade e a entrega dos serviços será nas instalações do CONTRATANTE, localizada no 2º Andar do Bloco R, Edifício Sede, Esplanada dos Ministérios, Brasília (DF).

6.3. Os serviços de manutenção preventiva programada, em regra, serão executados em horário de expediente do MT, ou seja, de segunda a sexta-feira, no horário de 8h00 às 18h00, desde que não causem possíveis indisponibilidades do ambiente

6.4. Excepcionalmente, por solicitação do MT ou da Contratada, serão realizados no horário noturno, em finais de semana ou feriados, sem ônus para ao Ministério.

6.5. É de suma importância destacar que todas as despesas com transporte, hospedagem e demais custos operacionais decorrentes do efetivo e adequado atendimento dos chamados e outros serviços envolvidos são de responsabilidade da CONTRATADA, conforme o intitulado no art. 5º da IN SGD/ME Nº 94/2022.

6.6. A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em caso de falha (s) deverá ser iniciada em até 24 (vinte e quatro) horas corridas, após a data de assinatura do contrato.

6.7. Os serviços de manutenção corretiva e suporte técnico deverão ser prestados sob o regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana).

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

6.8. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência, e o dimensionamento da proposta deverá seguir o modelo constante no **ANEXO II - Modelo de Apresentação de Proposta de Preços** deste Termo de Referência.

6.9. Na proposta, a licitante deverá atestar a não aplicação da prática do "registro de oportunidade" para o objeto ofertado, de modo a garantir o "princípio da competitividade", conforme disposto no art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

6.10. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de:

6.10.1. 36 (trinta e seis) meses, para os itens 1 e 6, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da apresentação da declaração/certificado do fabricante, comprovando que o item possui a garantia renovada/estendida.

6.10.2. 36 (trinta e seis) meses, para os itens de 2, 3, 4, 5 e 7, contado a partir da data de ativação das licenças.

6.10.3. 12 (doze) meses, para os itens de 9, 10 e 11, contado a partir da data de ativação das licenças.

#### **Formas de transferência de conhecimento**

6.11. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

6.12. Durante os 30 (trinta) dias anteriores ao encerramento do contrato, a Contratada se comprometerá a participar do processo de transição dos serviços contratados, em conjunto com a empresa sucessora e a Contratante, disponibilizando todas as informações pertinentes ao serviço de forma a permitir sua continuidade sem prejuízo ao funcionamento dos sistemas do órgão.

#### **Quantidade mínima de serviços para comparação e controle**

6.13. Serão adquiridas as quantidades totais conforme item 1.1.

#### **Mecanismos formais de comunicação**

6.14. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.14.1. E-mails: forma rápida de comunicação para tratar de informações pouco críticas;

6.14.2. Ofícios: Comunicação para tratar de assuntos gerais;

6.14.3. Ordem de Serviço: elaborada, por demanda, pela Contratante e encaminhada à Contratada, com a função de demandar serviços contratados;

6.14.4. Termo de Recebimento Provisório: termo elaborado pela Contratante e encaminhado à Contratada;

6.14.5. Termo de Recebimento Definitivo: termo elaborado pela Contratante e encaminhado à Contratada; e

6.14.6. Toda a comunicação entre a Administração Pública e a Contratada deverá ser sempre formal como regra, exceto em casos excepcionais que justifiquem outro canal de comunicação.

#### **Formas de Pagamento**

6.15. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.16. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.17. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXO III - Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo e ANEXO IV - Termo de Ciência.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### **Preposto**

7.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.6. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

#### **Reunião Inicial**

7.7. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.8. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 05(cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.8.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.8.1.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.8.1.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.8.1.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.8.1.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.8.1.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

#### **Fiscalização**

7.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir:

#### **Fiscalização Técnica**

7.10. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.10.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.10.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.10.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.10.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.10.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### **Fiscalização Administrativa**

7.11. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### **Gestor do Contrato**

7.12. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X). 7.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto na tabela abaixo.

IAE – INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE OS		
Tópico	Descrição	
<b>Finalidade</b>	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Serviço.	
<b>Meta a cumprir</b>	<b>IAE &lt; = 0</b>	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Serviço dentro do prazo previsto.
<b>Instrumento de medição</b>	Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, por controle próprio da CONTRATANTE e lista de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos	
<b>Forma de acompanhamento</b>	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OS. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OS (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data) pela data de início da execução da OS.	
<b>Periodicidade</b>	Mensalmente, para cada Ordem de Serviço encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo/Ateste da OS.	
<b>Mecanismo de Cálculo (métrica)</b>	<p><b>IAE = (TEX - TEST) / TEST</b></p> <p>Onde:</p> <p><b>IAE</b> = Indicador de Atraso de Entrega da OS;</p> <p><b>TEX</b> - Tempo de Entrega - corresponde ao período de execução da OS, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OS.</p> <p>A data de início será aquela constante na OS; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OS. A data de entrega da OS deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OS continua a correr, findando-se apenas quando a CONTRATADA entrega os produtos da OS e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p><b>TEST</b> - Tempo Estimado para a execução da OS - constante na OS.</p>	
	Obs1: Serão utilizados dias úteis na medição.	

<b>Observações</b>	<p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias úteis no cômputo do indicador.</p> <p>Obs3: Não se aplicará este indicador para as OS de Manutenções Corretivas do tipo Suporte Técnico e aquelas com execução interrompida ou cancelada por solicitação da CONTRATANTE.</p>
<b>Início de Vigência</b>	A partir da emissão da OS.
<b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b>	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>De 0 a 0,33 – Pagamento integral da OS;</p> <p>De 0,34 a 0,66 – Glosa de 10% sobre o valor da OS;</p> <p>De 0,67 a 1,00 – Glosa de 15% sobre o valor da OS</p> <p>Acima de 1 – Será aplicada Glosa de 20% sobre o valor da OS e multa de 0,5% sobre o valor do Contrato.</p>

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.1. não produzir os resultados acordados;

8.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

#### **Do recebimento**

8.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

8.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.14.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);

8.14.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

8.14.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.14.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

8.14.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Procedimentos de Teste e Inspeção**

8.18. Não se aplica. Como nenhum produto será desenvolvido ou projetado ao longo do contrato, não serão necessários testes e inspeções ao longo da execução do contrato. O objeto da contratação será recebido após as inspeções realizadas e vinculadas ao Recebimento Definitivo, que atesta que a solução fornecida atende às especificações.

### **Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**

8.19 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.20 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que Advertência não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021)

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas Impedimento de licitar e contratar “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa**:

(1) Moratória de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

(2.1) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem acima, de 0,5 % a 1,5 % do valor do Contrato;

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem acima, de 2,0 % a 3,0 % do valor do Contrato;

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem acima, a multa será de 2,0 % a 3,0 % do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem acima, a multa será de 2,0 % a 3,0% do valor do Contrato;

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem acima, a multa será de 0,5% a 1,5 % do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

(7.1) Descumprimento dos itens constantes no Instrumento de Medição de Resultados - IMR, anexo deste TR ou documento auxiliar, desde que não haja reincidência.

8.21 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.22 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.23 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.24 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.25 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

8.26 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

8.27 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;



- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.28 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

8.29 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.30 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.31 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

8.32 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8.33. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência.  Em caso de reincidência, 0,5% sobre o valor total do Contrato
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou em demais sistemas de cadastramento de fornecedores ou poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 5% do valor da contratação
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sem prejuízo da Rescisão Contratual.

5	Não executar total ou parcialmente os serviços e /ou fornecimento dos bens previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços e/ou fornecimento de bens solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Multa de até 3% sobre o valor total do Contrato. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por mais de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
8	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços e/ou fornecimento de bens, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência.	Advertência.  Em caso de reincidência, 0,5% sobre o valor total do Contrato.
9	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
10	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
11	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS)	Conforme estabelecido para o Tópico <b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b> da Seção 8.1
12	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência.  Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 0,5% do valor total do Contrato.

8.34. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

8.34.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.34.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

### Liquidação

8.35. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.36. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.37. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: 8.23.1. o prazo de validade; 8.23.2. a data da emissão;

8.37.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.37.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.37.5. o valor a pagar; e

8.37.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.38. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.39. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.40. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.41. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.42. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.43. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.44. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.45. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.46. Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos, por causa atribuída exclusivamente ao Ministério dos Transportes, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , em que: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; e I = Índice de atualização financeira:  $I = 6/100/365$  (ou seja, taxa anual/100/365 dias).  $I = 0,00016438$ .

### **Forma de pagamento**

8.47. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.48. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.49. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.50. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.51. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regi-me. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.51 Nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021, será exigida, mensalmente, antes de cada pagamento, a comprovação de que o contratado mantém a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, mediante a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

#### **Antecipação do pagamento**

8.52. Esta contratação não permite a antecipação do pagamento.

#### **Cessão de crédito**

8.53. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.53.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.54. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.55. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.56. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020).

8.57. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

#### **Reajustes de Preços**

8.58. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/11/2023.

8.59. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.60. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.61. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.62. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.63. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.64. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.65. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL** para os Itens 2, 3, 4, 5 (Grupo 1); 6, 7 e 8 (Grupo 2); 9, 10, 11 e 12 (Grupo 3) e pelo **MENOR PREÇO UNITÁRIO** para os Itens 1 e 13.

9.1.1. A seleção por meio do pregão eletrônico com critério de menor preço é uma prática que promove transparência, igualdade entre os concorrentes e busca a eficiência dos gastos públicos. Essa modalidade agiliza o processo, reduz custos operacionais e amplia a competitividade, permitindo que a administração pública adquira bens e serviços com o melhor custo-benefício, sempre assegurando que a proposta vencedora atenda aos requisitos técnicos estabelecidos.

### Regime de execução

9.2. O regime de execução será de **empreitada por preço global** para os Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10 e 11, e de **empreitada por preço unitário** para os Itens 8, 12 e 13;

9.2.1. A empreitada será por preço global, porque a implantação e configuração dos itens deverão ser realizadas de forma integrada, com pagamento único após o aceite final, bem como os serviços de garantia e suporte técnico realizados pelo mesmo fornecedor.

9.2.2. O suporte especializado será de empreitada por preço unitário porque a sua utilização ocorrerá de acordo com a demanda, não sendo obrigatória sua execução total ou parcial.

### Da Aplicação da Margem de Preferência

9.3 Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

9.3.1 As contratações amparadas pela Lei nº 14.133, de 2021, aguarda decisão fundamentada do Poder Executivo Federal.

### Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:

9.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.27 A justificativa para a solicitação de certidões e documentos como critério de habilitação econômico-financeiro das licitantes, no caso em exame, se fundamenta:

a) No atendimento ao comando legal contido no Art. 69 da Lei 14.133/2021:

*"Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:"*

b) Na necessidade de reduzir os riscos de problemas financeiros durante a execução do contrato, pois visa garantir que os serviços ou produtos sejam entregues sem interrupções devidas à dificuldades financeiras.

c) Na necessidade de assegurar que a licitante possui a capacidade financeira necessária para cumprir as obrigações do contrato, mitigando riscos de inadimplência e o descumprimento dos compromissos assumidos, protegendo o interesse público.

### **Qualificação Técnica**

9.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; 9.29.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.30.1. Para o Item 1: apresentar atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnico-operacional que comprove(m) o fornecimento pela licitante de serviços compatíveis com o objeto da presente licitação ou comprovante de parceria com a fabricante Lenovo.;

9.30.2. Para o Grupo 1: apresentar atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnico-operacional que comprove(m) o fornecimento pela licitante de produtos compatíveis com o objeto da presente licitação ou comprovante de parceria com a fabricante VMware, Inc.;

9.30.3. Para o Grupo 2: apresentar atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnico-operacional que comprove(m) o fornecimento pela licitante de produtos compatíveis com o objeto da presente licitação ou comprovante de parceria com a fabricante F5 Networks;

9.30.4. Para o Grupo 3: apresentar atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnico-operacional que comprove(m) o fornecimento pela licitante de produtos compatíveis com o objeto da presente licitação ou comprovante de parceria com a fabricante Varonis Systems;

9.30.5. Para o item 13: apresentar atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnico-operacional que comprove(m) o fornecimento pela licitante de serviços compatíveis com o objeto da presente licitação;

9.30.6. Somente serão aceitos:

9.30.6.1. atestado(s) que se refiram a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior;

9.30.6.2. atestado(s) que se refiram a serviços prestados ou fornecimentos realizados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.30.7. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.31. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.33. A justificativa para a solicitação do atestado de capacidade técnica como critério de habilitação das licitantes, no caso em exame, se fundamenta:

- a) Na necessidade de aferição da experiência e da expertise da empresa em executar o (s) serviço (s) alvo (s) do objeto a ser contratado, desde que constatada a execução anterior satisfatória de serviços compatíveis ou similares;
- b) Na necessidade de filtrar as empresas que realmente pertencem à área de tecnologia da informação e comunicação, ou seja, do ramo do objeto que se pretende contratar, de modo a minimizar riscos para a regular execução do objeto;
- c) No pressuposto de que a licitante que já prestou determinado serviço no passado com sucesso, poderá fazê-lo novamente no futuro, e de que não é adequado à Administração contratar com licitante que jamais tenha prestado tal serviço. Esse pressuposto nos parece razoável e isonômico;
- d) Além do exposto, deve ser ressaltado que os custos para a obtenção de atestados de capacidade técnica praticamente são irrisórios ou até inexistentes se considerarmos que poderão ser apresentados atestados de prestação de serviço realizados em órgãos públicos

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 4.995.900,92 (quatro milhões, novecentos e noventa e cinco mil e novecentos reais e noventa e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR DO ITEM	PRODUTO /CONTRATO /VERSAO	CATSER	METRICA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
--	1	Suporte e Garantia Técnica pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	Servidor Lenovo ThinkSystem SR950 Type: 7X12; Modelo: CTO1WW	PE03U8VV PE03U1YZ PE03U1YX PE03U1YW	27740	Servidor	04	192.306,90
	2	Suporte e subscrição por instância pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	VMware vCenter Server 7 Standard	Contrato VMware nº 476968357	27464	Instância	01	22.668,87
		Suporte e subscrição por processador	VMware vSphere 7					



1	3	pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	Enterprise Plus for vCloud Suites	Contrato VMware nº 476968357	27464	CPU	16	13.857,36
	4	Suporte e subscrição por instância pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	VMware NSX-t Data Center Advanced per Processor	Contrato VMware nº 476968357	27464	CPU	16	24.793,53
	5	Suporte e subscrição por instância pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	VMware vRealize Suite 2019 Advanced Edition (PLU)	Contrato VMware nº 476968357	27464	CPU	16	9.432,46
2	6	Suporte e Garantia Técnica pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	F5 Networks BIG-IP Séries i4800	F5-MGRO-RVTF F5-IHCF-LPDN	27740	Servidor	02	647.420,00
	7	Suporte e subscrição pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	Módulos de software Best Bundle: Local Traffic Manage (LTM); Serviços de DNS (DNS); Advanced routing (AVR); Advanced Firewall Manager (AFM); Access Policy Manager (APM) e Application Security Manager (ASM)	Best Bundle	27464	Unidade	01	625.181,00
	8	Suporte especializado BIG-IP, Best Bundle	Serviços de suporte técnico especializado para atualização, customização e transferência de conhecimento para o software e módulos do BIG-IP	-	27022	Serviço Mensal	36	15.278,64
	9	Suporte e subscrição por usuário pelo período de 1	Varonis DatAdvantage para Windows File Server	DAW-1501-2000MS	27464	Usuário	1400	151,39

3		ano, na modalidade 24x7						
	10	Suporte e subscrição por usuário pelo período de 1 ano, na modalidade 24x7	Varonis DatAdvantage para Microsoft Active Directory	DADS-2001-2500MS	27464	Usuário	1400	154,25
	11	Suporte e subscrição por usuário pelo período de 1 ano, na modalidade 24x7	Varonis DatAlert para Análise de comportamento e Alarme em tempo real de ameaças	DLS-2001-2500MS	27464	Usuário	1400	200,94
	12	Suporte especializado Varonis	Serviços de suporte técnico especializado para atualização, customização e transferência de conhecimento para os softwares da fabricante Varonis	-	27022	Serviço Mensal	12	5.283,11
--	13	Suporte especializado Aruba/HPE	Serviços de suporte técnico especializado para solução de rede Wi-Fi do fabricante Aruba/HPE.	-	27022	Serviço Mensal	12	16.000,00

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.2.1. Gestão/Unidade: 390096 – Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação.

11.2.2. Ação orçamentária: 218T – Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Administração Direta.

11.2.3. Fonte de Recursos: 1000000000

11.2.4. Programa de Trabalho: 10.39101.26.126.0032.218T.0000

11.2.5. Elemento de Despesa: 339040

11.2.6. Plano Interno: Não se aplica

11.2.7. Plano Orçamentário: 0000 – Manutenção de Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### Cronograma Físico Financeiro

Nº do Evento	Evento	Prazo Estimado	Percentual a ser Pago
1	Assinatura do contrato.	Após homologação do certame.	0% (zero por cento)
1.1	Prestação da Garantia da Contratação: caso seja optado pela modalidade seguro-garantia.	Até a data do Evento 1.	0% (zero por cento)
1.2	Prestação da Garantia da Contratação: caso seja optado pelas modalidades caução e/ou fiança bancária	Até 10 (dez) dias úteis após o Evento 1.	0% (zero por cento)
2	Reunião de apresentação inicial.	Agendado para os primeiros 05 (cinco) dias úteis após o Evento 1	0% (zero por cento)
3	<b>Para os Itens 1 a 7 e de 9 a 11</b>	-	-
3.1	Emissão da Ordem de Serviços	Na data do Evento 1.	0% (zero por cento)
3.2	Entrega das licenças com suporte e subscrição, quando se tratar de software	Até 10 (dez) dias corridos e contados após o Evento 3.1.	0% (zero por cento)
3.3	Entrega das Declarações/Certificados de extensão da garantia, quando se tratar de hardware	Até 10 (dez) dias corridos e contados após o Evento 3.1.	0% (zero por cento)
3.4	Emissão do Termo de Recebimento Provisório	Até 05 (cinco) dias corridos e contados após o Evento 3.2/3.3	0% (zero por cento)
3.5	Implantação/Ativação das licenças com suporte e subscrição	Até 5 (cinco) dias úteis contados após o Evento 3.2	0% (zero por cento)
3.6	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo	Até 10 (dez) dias corridos e contados após o Evento 3.4	0% (zero por cento)
3.7	Recebimento da Nota Fiscal	Até 5 (cinco) dias corridos após o Evento 3.6	0% (zero por cento)
3.8	Pagamento em parcela única, conforme demanda registrada em Ordem de Serviços	Até 10 (dez) dias úteis após o Evento 3.7	100% (cem por cento) do valor registrado em Ordem de Serviços

3.9	Início do período da garantia e suporte técnico dos itens adquiridos	Após Evento 3.3 ou Evento 3.5	-
4	<b>Para os Itens 8, 12 e 13</b>	-	-
4.1	Emissão da Ordem de Serviços	Sob demanda/Mensalmente	0% (zero por cento)
4.2	Recebimento do Relatório Técnico de Atividade	Até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão da Ordem de Serviços	0% (zero por cento)
4.3	Emissão do Termo de Recebimento Provisório	Até 05 (cinco) dias corridos e contados após o Evento 4.2	0% (zero por cento)
4.4	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo	Até 10 (dez) dias corridos e contados após o Evento 4.3	0% (zero por cento)
4.5	Recebimento da Nota Fiscal	Até 5 (cinco) dias corridos após o Evento 4.4	0% (zero por cento)
4.6	Pagamento em parcela única, conforme demanda registrada em Ordem de Serviço	Até 10 (dez) dias úteis após o Evento 4.5	100% (cem por cento) do valor registrado em Ordem de Serviços

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RODRIGO BORGES MARQUEZ**

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 28/11/2023 às 17:35:16.

**MARCELO FLORENCIO DO NASCIMENTO**

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 28/11/2023 às 17:30:09.

**JULIO CESAR FERREIRA DA SILVA**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 28/11/2023 às 18:17:40.*

**SAMUEL PETRICCIONI VIZOTTO**

Integrante Administrativo

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência.

**MILTON SAMPAIO CASTRO DE OLIVEIRA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 29/11/2023 às 11:25:27.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I (1).pdf (223.86 KB)
- Anexo II - Anexo II (1).pdf (40.25 KB)
- Anexo III - Anexo III (1).pdf (152.76 KB)
- Anexo IV - Anexo IV (1).pdf (130.95 KB)
- Anexo V - Anexo V (1).pdf (115.13 KB)

## ANEXO I

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA CONTRATAÇÃO

Todos os requisitos especificados, independentemente do verbo utilizado, deverão estar disponíveis e completamente funcionais, exceto quando explicitamente mencionado o contrário.

Os serviços a serem ofertados devem atender a todos os requisitos técnicos descritos abaixo:

#### 1. ITENS RELACIONADOS AO PRODUTO DA FABRICANTE LENOVO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR DO ITEM	PRODUTO/CONTRATO/VERSAO	QUANTIDADE
1	Suporte e Garantia Técnica pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	Servidor Lenovo ThinkSystem SR950 Type: 7X12; Modelo: CTO1WW	PE03U8VV PE03U1YZ PE03U1YX PE03U1YW	04 Servidores

- 1.1. A garantia deverá ser adquirida junto ao(s) fabricante(s) do equipamento. Deverá ser comprovada a aquisição da garantia junto a equipe de fiscalização do Contratante no website do fabricante;
- 1.2. A garantia, manutenção e suporte técnico compreendem o conjunto de serviços técnicos e peças necessárias para manter o equipamento em perfeito funcionamento, com as versões de software plenamente atualizadas, de acordo com as especificações do fabricante, sem qualquer ônus para o Contratante;
- 1.3. Os serviços contemplam a substituição de peças e equipamentos em caso de falhas, atualizações de software, acesso ao suporte do fabricante. O Contratante poderá acionar o suporte técnico da Contratada para contar com o apoio para realização de planejamento e configurações de novos serviços que envolvam a solução, aplicação de updates das versões de software nos equipamentos, acompanhamento de janelas de manutenção programadas em qualquer horário e troubleshooting de redes;
  - 1.3.1. Os serviços deverão ser prestados pela Contratada ou pelo fabricante do equipamento;
  - 1.3.2. Em caso de falha no hardware a Contratada deve disponibilizar um hardware reserva que irá permanecer em ambiente de produção do Contratante até o retorno do hardware original reparado ou novo em substituição, a critério do Contratante;
  - 1.3.3. Deverá assegurar que o hardware substituto, em qualquer caso, seja igual ao contratado inicialmente ou superior;
  - 1.3.4. Deverá assegurar que a substituição de qualquer componente defeituoso, em qualquer caso, seja feita por item equivalente ou que possua características superiores a estas, desde que estejam homologadas pelo fabricante como parte compatível da solução;
  - 1.3.5. As peças de substituição devem ser novas, não sendo aceitas peças usadas ou recondicionadas;
  - 1.3.6. A substituição do hardware será considerada consumada no momento em que a solução voltar ao seu funcionamento normal e for aceita formalmente pela equipe técnica do Contratante;
- 1.4. Os serviços de atendimento à garantia deverão estar disponíveis em regime 24x7x365;
  - 1.4.1.1. Suporte de software 24x7, com tempo de resposta de 02 (duas) horas;
  - 1.4.1.2. Suporte de hardware 24x7, com tempo de solução máximo de 04 (quatro) horas;
- 1.5. Os serviços deverão ser realizados por profissionais certificados pelo fabricante.
- 1.6. Todos os custos de mão-de-obra, peças, componentes, transporte, hospedagem ou quaisquer outros necessários ao atendimento da garantia serão de inteira e total responsabilidade da Contratada;

- 1.7. Os chamados técnicos deverão ser abertos diretamente no sítio do fabricante dos produtos e gerenciados pelo menos, prioritariamente via internet ou então através de número telefônico 0800 ou equivalente à ligação gratuita, fornecendo neste momento o número, data e hora de abertura do chamado;
- 1.8. Permitir que o cliente possa rapidamente:
  - 1.8.1.1. Abrir chamados de atendimento em garantia;
  - 1.8.1.2. Receber numeração de forma automática;
  - 1.8.1.3. Acompanhar o andamento do chamado;
  - 1.8.1.4. Fazer upload de arquivos e outros anexos de forma online.
- 1.9. Todas as solicitações feitas pelo Contratante deverão ser registradas pela Contratada em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços e, ainda, a Contratada após a realização dos serviços de manutenção e suporte técnico deverá apresentar um Relatório de Visita, contendo identificação do chamado, data e hora de abertura do chamado, data e hora do início e término do atendimento, identificação do defeito, técnico responsável pela solução, as providências adotadas e outras informações pertinentes. Este relatório deverá ser homologado por responsável do Contratante;
- 1.10. Um chamado somente poderá ser fechado após confirmação de responsável do Contratante e o término de atendimento se dará com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde o mesmo está instalado;

## 2. ITENS RELACIONADOS AO PRODUTO DA FABRICANTE VMWARE INC

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR DO ITEM	PRODUTO/CONTRATO/VERSAO	QUANTIDADE
2	Suporte e subscrição por instância pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	VMware vCenter Server 7 Standard	Contrato VMware nº 476968357	01 Instância
3		VMware vSphere 7 Enterprise Plus for vCloud Suites		16 CPU's
4		VMware NSX Data Center Advanced per Processor		16 CPU's
5		VMware vRealize Suite 2019 Advanced Edition (PLU)		16 CPU's

- 2.1. Direito para atualização de versão dos softwares, incluindo versões maiores (major releases), versões menores (minor releases), versões de manutenção (maintenance releases) e atualizações (updates) que forem disponibilizadas para o software, tradicionalmente por meio de download a partir do sítio na Web;
- 2.1. A CONTRATADA deve disponibilizar ao MT mecanismos para que os técnicos do órgão possam solicitar, diretamente ao fabricante, as mídias ou as autorizações para download das versões/atualizações;
- 2.2. As licenças adquiridas devem prover o serviço de suporte durante todo o período de garantia técnica no formato VMware Production Support, oficial do Fabricante, conforme especificações obtidas no documento disponibilizado no seguinte link:
  - 2.2.1. <https://www.vmware.com/content/dam/digitalmarketing/vmware/en/pdf/support/vmware-production.pdf>

## 3. ITENS RELACIONADOS AO PRODUTO DA FABRICANTE F5 NETWORKS

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR DO ITEM	PRODUTO/CONTRATO/VERSAO	QUANTIDADE
------	-------------------	--------------------------------	-------------------------	------------



6	Suporte e Garantia Técnica pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	F5 Networks BIG-IP Séries i4800	F5-MGRO-RVTF F5-IHCF-LPDN	02 Servidores
7	Suporte e subscrição pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	Módulos de software Best Bundle: Local Traffic Manage (LTM); Serviços de DNS (DNS); Advanced routing (AVR); Advanced Firewall Manager (AFM); Access Policy Manager (APM) e Application Security Manager (ASM)	Best Bundle	01 Unidade
8	Suporte especializado BIG-IP, <i>Best Bundle</i>	Serviços de suporte técnico especializado para atualização, customização e transferência de conhecimento para o software e módulos do BIG-IP	Serviço	36 Meses

- 3.1. A garantia deverá ser adquirida junto ao(s) fabricante(s) da solução. Deverá ser comprovada a aquisição da garantia junto a equipe de fiscalização do Contratante no website do fabricante;
- 3.2. A garantia deverá ser do tipo Premium e deve prover o serviço de suporte durante todo o período de garantia técnica no formato Premium Support, oficial do Fabricante, conforme especificações obtidas no documento disponibilizado no seguinte link: <https://www.f5.com/pdf/customer-support/standard-premium-ds.pdf>;
- 3.3. A garantia deverá cobrir toda a solução pelo período de 36 (trinta e seis) meses para a solução apresentada na tabela acima e para os módulos que fazem parte da Solução (Best Bundle) relacionados abaixo:
  - 3.3.1. Advanced Firewall Manager (AFM)
  - 3.3.2. Access Policy Manager (APM)
  - 3.3.3. Application Security Manager (ASM)
  - 3.3.4. Advanced routing (AVR)
  - 3.3.5. Local Traffic Manage (LTM)
  - 3.3.6. Serviços de DNS (DNS)
- 3.4. A garantia, manutenção e suporte técnico compreendem o conjunto de serviços técnicos e peças necessárias para manter o equipamento em perfeito funcionamento, com as versões de software plenamente atualizadas, de acordo com as especificações do fabricante, sem qualquer ônus para o Contratante;
- 3.5. Os serviços contemplam a substituição de peças e equipamentos em caso de falhas, atualizações de software, acesso ao suporte do fabricante. O Contratante poderá acionar o suporte técnico da Contratada para contar com o apoio para realização de planejamento e configurações de novos serviços que envolvam a solução, aplicação de updates das versões de software nos equipamentos, acompanhamento de janelas de manutenção programadas em qualquer horário e troubleshooting de redes;
  - 3.5.1. Os serviços deverão ser prestados pela Contratada ou pelo fabricante do equipamento;

- 3.5.2. Em caso de falha no hardware a Contratada deve disponibilizar um hardware reserva que irá permanecer em ambiente de produção do Contratante até o retorno do hardware original reparado ou novo em substituição, a critério do Contratante;
- 3.5.3. Deverá assegurar que o hardware substituto, em qualquer caso, seja igual ao contratado inicialmente ou superior;
- 3.5.4. Deverá assegurar que a substituição de qualquer componente defeituoso, em qualquer caso, seja feita por item equivalente ou que possua características superiores a estas, desde que estejam homologadas pelo fabricante como parte compatível da solução;
- 3.5.5. As peças de substituição devem ser novas, não sendo aceitas peças usadas ou recondicionadas;
- 3.5.6. A substituição do hardware será considerada consumada no momento em que a solução voltar ao seu funcionamento normal e for aceita formalmente pela equipe técnica do Contratante;
- 3.6. Direito para atualização de versão dos softwares, incluindo versões maiores (major releases), versões menores (minor releases), versões de manutenção (maintenance releases) e atualizações (updates) que forem disponibilizadas para o software, tradicionalmente por meio de download a partir do sítio na Web;
- 3.7. Os serviços de atendimento à garantia deverão estar disponíveis em regime 24x7x365;
- 3.8. Os serviços deverão ser realizados por profissionais certificados pelo fabricante
- 3.9. Deverá permitir a atualização de software da solução, assim como correção de falhas, bugs, patches e firmwares;
- 3.10. O serviço de Suporte especializado deve ser realizado preventivamente, de forma a monitorar a solução instalada e atender, sempre que solicitado, as atividades técnicas pertinentes ao serviço, tais como: Ajustes na topologia; Atualização de versões; Implementação de integrações; Ativação de novas funcionalidades; Troubleshooting; Tuning; Instalação de expansões no licenciamento; Hands-on; Moving dos equipamentos; Resolução de problemas; Emissão de relatórios; Ajustes de configuração na solução; Informações técnicas; Estatísticas de utilização e segurança e Disparo de alertas.
- 3.10.1. A CONTRATADA deverá emitir um relatório mensal com a análise do uso dos equipamentos F5-BIG-IP abordando informações de desempenho e saúde do ambiente e as estatísticas de utilização e de segurança (WAF), bem como relacionar os chamados que foram abertos e fechados durante o período mensal de prestação de serviços;
- 3.11. Os chamados técnicos deverão ser abertos diretamente no sítio do fabricante dos produtos e gerenciados pelo menos, prioritariamente via internet ou então através de número telefônico 0800 ou equivalente à ligação gratuita, fornecendo neste momento o número, data e hora de abertura do chamado;
- 3.12. Permitir que o cliente possa rapidamente:
- 3.12.1. Abrir chamados de atendimento em garantia;
- 3.12.2. Receber numeração de forma automática;
- 3.12.3. Acompanhar o andamento do chamado;
- 3.12.4. Fazer upload de arquivos e outros anexos de forma online.
- 3.13. No atendimento às solicitações do Contratante, deverão ser utilizados e respeitados as seguintes classificações de severidade e níveis de atendimento para restabelecimento do ambiente ou resposta à consulta:

<b>Severidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Tempo de início de atendimento</b>	<b>Tempo de solução</b>
1 – Urgente	Serviço parado no ambiente de produção	Em até 02 (duas) horas	Em até 24 (vinte quatro) horas
2 – Muito Importante	Erros ou problemas recorrentes que impactam o ambiente de produção	Em até 04 (quatro) horas	Em até 48 (quarenta e oito) horas
3 – Importante	Problemas contornáveis	Em até 08 (oito) horas	Em até 72 (setenta e duas) horas
4 – Informação	Consulta técnica, dúvidas em geral, monitoramento, dentre outros.	Em até 12 (doze) horas	Em até 96 (noventa e seis) horas

- 3.14. Todas as solicitações feitas pelo Contratante deverão ser registradas pela Contratada em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços e, ainda, a Contratada após a realização dos serviços de manutenção e suporte técnico deverá apresentar um Relatório de Visita, contendo identificação do chamado, data e hora de abertura do chamado, data e hora do início e término do atendimento, identificação do defeito, técnico responsável pela solução, as providências adotadas e outras informações pertinentes. Este relatório deverá ser homologado por responsável do Contratante;
- 3.15. O tempo do início de atendimento do chamado técnico deverá ser de acordo com a Tabela de Severidade de Chamado e contado a partir da hora de abertura do chamado. Ou seja, a partir da hora de abertura do chamado, iniciada a contagem de tempo para o início do atendimento;
- 3.16. Em caso de necessidade e em qualquer classificação de severidade, a critério do Contratante, deverá ser prestado atendimento “on-site”. Os serviços “on-site” deverão iniciar-se em no máximo 02 (duas) horas após confirmação do Contratante ou conforme agendamento a critério do órgão;
- 3.17. Após o início do atendimento, o tempo de solução do problema deverá ser de acordo com a Tabela de Solução do Chamado, não devendo ultrapassar os prazos estabelecidos para as respectivas severidades, contados a partir da abertura do chamado técnico;
- 3.18. Um chamado somente poderá ser fechado após confirmação de responsável do Contratante e o término de atendimento se dará com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde o mesmo está instalado;

#### 4. ITENS RELACIONADOS AO PRODUTO DA FABRICANTE VARONIS SYSTEMS

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR DO ITEM	PRODUTO/CONTRATO/VERSAO	QUANTIDADE
9	Suporte e subscrição por usuário pelo período de 1 ano, na modalidade 24x7	Varonis DatAdvantage para Windows File Server	DAW-1501-2000MS	1400 Usuários
10		Varonis DatAdvantage para Microsoft Active Directory	DADS-2001-2500MS	1400 Usuários
11		Varonis DataAlert	DLS-2001-2500MS	1400 Usuários
12	Suporte especializado Varonis	Serviços de suporte técnico especializado para atualização, customização e transferência de conhecimento para os softwares da fabricante Varonis	Serviço	12 Meses

- 4.1. Direito para atualização de versão dos softwares, incluindo versões maiores (major releases), versões menores (minor releases), versões de manutenção (maintenance releases) e atualizações (updates) que forem disponibilizadas para o software, tradicionalmente por meio de download a partir do sítio na Web;
- 4.2. O suporte técnico, prestado pela CONTRATADA e/ou pelo fabricante, deve contemplar os serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa dos objetos, além de atualizações de versão e de releases dos softwares, sem qualquer custo adicional;
- 4.2.1. O suporte deverá ser especializado, podendo ser executado remotamente ou localmente dependendo da criticidade ou dificuldade. A avaliação do chamado quanto a criticidade será feita pela CONTRATANTE;
- 4.2.2. A documentação produzida durante a execução dos serviços, seja em papel ou meio eletrônico, será de propriedade do CONTRATANTE e não deverá ser divulgado sem sua expressa autorização;

- 4.2.3. A manutenção preventiva consiste na instalação de atualizações e engloba a atualização de versões de softwares e firmwares, incluindo upgrades, updates ou patches de correção;
- 4.2.4. A manutenção preventiva compreende a visita de técnico(s) da CONTRATADA em horários previamente agendados com a CONTRATANTE;
- 4.2.5. A CONTRATADA deve manter a CONTRATANTE informada das versões/atualizações, correções (patches) e vulnerabilidades dos softwares e firmwares, fornecidos nos componentes da solução;
- 4.2.6. A manutenção corretiva é aquela destinada a corrigir eventuais defeitos apresentados pelo software;
- 4.2.7. As manutenções corretivas serão efetuadas mediante abertura de chamado pela CONTRATANTE, com a finalidade de correção do defeito, inclusive para atualização da versão dos softwares ;
- 4.3. Antes da abertura dos chamados, a CONTRATANTE fará verificações básicas acerca da alimentação, conectividade dos produtos envolvidos e outros problemas de menor complexidade;
- 4.4. O prazo para resolução dos chamados será contado a partir do momento da identificação do chamado;
- 4.5. Poderão ser abertos chamados de consultas técnicas para sanar dúvidas, repassar conhecimentos ou obter melhores práticas;
- 4.6. Para cada chamado técnico, a CONTRATADA deverá informar um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas;
- 4.7. Os chamados poderão ser abertos através dos seguintes canais:
- 4.7.1. Telefone 0800 ou chamada com custo de ligação local em Brasília/DF
- 4.7.2. E-mail;
- 4.7.3. Página web (ou chat ) mantida pela CONTRATADA ou pelo FABRICANTE da solução.
- 4.8. A CONTRATADA deverá informar o sítio Web do fabricante para suporte aos produtos ofertados, onde poderão ser obtidos os drivers, e demais atualizações necessárias ao adequado funcionamento da solução;
- 4.9. Durante o prazo de vigência do suporte técnico, a CONTRATADA terá a obrigação de substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer software ou componente que apresente defeito, ainda que decorra do desgaste natural;
- 4.10. Caso algum módulo ou componente de programa seja descontinuado, deverá ser fornecido, sem custo adicional para fins de atualização, outro, com configuração que lhe confira toda a funcionalidade da versão anterior ou última atualização fornecida;
- 4.11. Os serviços que eventualmente acarretem risco para os sistemas em produção ou requeiram parada de servidores e equipamentos, somente poderão ser executados fora de expediente, em horários previamente acordados com a área de TI do local de instalação;
- 4.12. O serviço de Suporte especializado Varonis visa auxiliar a CONTRATANTE na implantação, configuração, migração e/ou upgrade e pós-implantação em termos de melhoria da solução de software instalada e dos serviços executados, além de orientar e aplicar as melhores práticas, bem como otimizar os processos de auditoria de TIC.
- 4.12.1. Estes serviços deverão ser prestados, na modalidade 5 x 8 (cinco dias na semana, oito horas por dia – horário comercial);
- 4.13. Para a prestação deste serviço, a Contratada somente poderá empregar profissionais capacitados e certificados nos produtos fornecidos;
- 4.14. A execução do Suporte especializado Varonis será sempre precedida da emissão pelo MT da competente “Ordem de Serviço – OS”, contendo no mínimo: descrição do serviço, prazo para a execução do serviço, período para a execução do serviço, local da execução do serviço, especificações técnicas do serviço e produtos esperados;
- 4.15. A tabela abaixo demonstra, de forma estruturada, algumas das atividades que poderão constar em Ordem de Serviços do Suporte especializado Varonis:

ITEM	ATIVIDADES	UNIDADE
1	Estruturação hierárquica dos diretórios do servidor de arquivos	Pasta
2	Definição de proprietários das pastas utilizando informações estatísticas providas pela solução	Pasta

3	Remediação de pastas com permissões a grupos globais	Pasta
4	Remediação de pastas com permissões inconsistentes	Pasta
5	Remediação de dados parados	Pasta
6	Remediação das senhas que nunca expiram dos usuários do domínio	Usuário
7	Remediação dos grupos de segurança em loop no domínio	Grupo
8	Remediação das pastas com permissões únicas	Pasta
9	Reestruturação das pastas protegidas da herança	Pasta
10	Remediação das SID não resolvido da ACL das pastas	Pasta
11	Remediação das permissões dos grupos de segurança vazios	Pasta
12	Remediação das permissões diretas de usuários	Pasta
13	Remediação dos usuários habilitados com senhas expiradas	Usuário
14	Configuração do compartilhamento no Portal de Permissionamento	Pasta
15	Investigação forense	Relatório
16	Análise, investigação e diagnóstico de ocorrências	Relatório
17	Remediação de usuários habilitados sem uso	Usuário
18	Remediação de pastas protegidas	Pasta
19	Configuração de pastas que serão gerenciadas pelo DataPrivilege	Pasta
20	Configuração de proprietários para as pastas gerenciadas (DP)	Pasta
21	Configuração de proprietários para grupos de segurança (DP)	Grupo
22	Configuração de barreiras éticas para fluxos de aprovação	Pasta
23	Revisão de permissionamento de usuários	Usuário
24	Configuração e execução de transporte de dados	Pasta
25	Data Risk Assessment – Relatório de análise de risco	Relatório
26	Plano de aplicação de melhores práticas	Relatório
27	Mapa de vulnerabilidade do ambiente	Relatório
28	Extração de relatórios	Relatório

## 5. ITENS RELACIONADOS AO PRODUTO DA FABRICANTE HPE/ARUBA

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR DO ITEM	PRODUTO/CONTRATO/VERSAO	QUANTIDADE
13	Suporte especializado Aruba/HPE	Serviços de suporte técnico especializado para solução de rede Wi-Fi do fabricante Aruba/HPE.	Serviço	12 meses

### 5.1. Do Objetivo:

5.1.1. A contratação do serviço de suporte técnico especializado no fabricante Aruba/HPE visa estabelecer formas e meios para gerenciar eventos, incidentes, problemas, atualizações e customizações quanto à operação da solução de rede sem fio, obedecendo aos níveis de serviço

adequados, fomentando a prestação de serviço pago mensal e disponibilizando meios para que o Ministério dos Transportes - MT tome as devidas ações necessárias para sanar eventuais problemas ou inconformidades.

5.1.2. Visa também obter um melhor aproveitamento da solução de rede sem fio, bem como resoluções rápidas a incidentes e falhas, que são apenas viabilizados por equipes treinadas e certificadas na solução, em conjunto com a garantia oficial do fabricante Aruba/HPE, o qual detém um time de engenheiros e técnicos de suporte global.

5.2. Do Detalhamento Técnico da Solução de Rede Sem Fio:

QUANTIDADE	PART NUMBER	FABRICANTE	MODELO
<b>PONTO DE ACESSO PADRÃO – WI-FI 6</b>			
147	Q9H62A	HPE ARUBA	Aruba AP-515 (RW) Unified AP
14	Q9G71A	HPE ARUBA	AP-MNT-MP10-D AP mount bracket 10-pack D
7	R3J18A	HPE ARUBA	AP-MNT-D AP mount bracket individual D
<b>CONTROLADORA VIRTUAL</b>			
1	JY900AAE	HPE ARUBA	Aruba MC-VA-250 Virtual Mobility Controller License (RW) with Support for up to 250 AP E-LTU
1	H5UC6E	HPE ARUBA	Aruba 5Y FC 24x7 MC-VA-250 CntlrELTU SVC
1	JY895AAE	HPE ARUBA	Aruba MM-VA-500 Mobility Master Virtual Appliance with Support for up to 500 Devices E-LTU
1	H5UE6E	HPE ARUBA	Aruba 5Y FC 24x7 MM-VA-500 ELTU SVC
147	JW472AAE	HPE ARUBA	Aruba LIC-AP Controller per AP Capacity License E- LTU
147	H2YV0E	HPE ARUBA	Aruba 5Y FC 24x7 Ctrl perAP Cap ELTU SVC
147	JW473AAE	HPE ARUBA	Aruba LIC-PEF Controller Policy Enforcement Firewall Per AP License E-LTU
147	H2XY0E	HPE ARUBA	Aruba 5Y FC 24x7 License PEF Cn SVC

147	JW474AAE	HPE ARUBA	Aruba LIC-RFP Controller RFProtect Per AP License E-LTU
147	H2XW0E	HPE ARUBA	Aruba 5Y FC 24x7 AP RFProtectE-LTU SVC
<b>SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE REDE WIRELESS</b>			
147	JW546AAE	HPE ARUBA	Aruba AirWave 1 Device Lic E-LTU
147	H2YW0E	HPE ARUBA	Aruba 5Y FC 24x7 Airwave 1 Dev E-LTU SVC
<b>SOLUÇÃO DE CONTROLE DE ACESSO</b>			
2	JZ399AAE	HPE ARUBA	Aruba ClearPass Cx000V VM Appl E- LTU
2	H9WX9E	HPE ARUBA	Aruba 5Y FC 24x7 ClearPass Cx000V VM SVC
1	JZ401AAE	HPE ARUBA	Aruba ClearPass NL AC 500 CE E-LTU
1	H9XB9E	HPE ARUBA	Aruba 5Y FC 24x7 ClearPass NL AC500CESVC
1	JZ402AAE	HPE ARUBA	Aruba ClearPass New Licensing Access 1K Concurrent Endpoints E-LTU
1	H9XH9E	HPE ARUBA	Aruba 5 Year Foundation Care 24x7 ClearPass NL AC 1K CE E-LTU Service

### 5.3. Especificação Técnica do Serviço de Suporte Técnico Especializado:

- 5.3.1. O suporte técnico especializado para a solução de rede sem fio no fabricante Aruba/HPE deverá ser de caráter remoto e englobar a realização de serviços de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, abrangendo todos os itens, equipamentos, softwares, licenças, procedimentos de atualização, customização e modernização, de acordo com os direitos do Ministério decorrentes da aquisição da solução de rede sem fio junto ao fabricante oficial Aruba/HPE.
- 5.3.2. Devido à natureza específica e complexa da solução de rede sem fio adotada pelo Ministério dos Transportes (MT) e pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), os serviços devem ser executados por profissionais altamente qualificados, detentores de certificações oficiais válidas do fabricante Aruba/HPE. As certificações oficiais Aruba/HPE a serem exigidas serão:
  - 5.3.2.1. Aruba Certified Mobility Professional (ACMP) ou equivalente vigente;
  - 5.3.2.2. Aruba Certified Design Professional (ACDP) ou equivalente vigente;
  - 5.3.2.3. Aruba Certified ClearPass Professional (ACCP) ou equivalente vigente.
  - 5.3.2.4. Ao menos uma das certificações acima de nível expert vigente.
- 5.3.3. À critério da CONTRATANTE, poderão ser solicitadas atualizações, customizações, manutenções e configurações fora do horário comercial, visando aproveitar janelas de manutenção em finais de semana ou feriados, conforme acordado entre as partes. Isso tem por

objetivo garantir que as melhorias no ambiente do Ministério não impactem a disponibilidade do serviço de rede sem fio.

- 5.3.4. Fornecer serviços de manutenção e atualização da solução, incluindo a entrega e instalação de patches, correções e novas versões de software para os equipamentos, independentemente da presença de falhas ou erros, bem como da política de comercialização do fabricante.
- 5.3.5. Abranger integralmente todas as capacidades oferecidas pelos elementos da solução, englobando tanto os aspectos de hardware quanto de software.
- 5.3.6. Disponibilizar uma central de atendimento para abertura de chamados técnicos, acessível por meio de um número 0800 ou número local em Brasília, durante o horário de 8h às 20h, em dias úteis, ou por meio de um portal na internet. Ao abrir um chamado, será fornecido um número de identificação exclusivo.
- 5.3.7. Todos os registros de chamados, incluindo as ações tomadas, devem ser documentados e armazenados no sistema da contratada para fins de controle. O encerramento dos chamados somente poderá ser realizado mediante a aprovação da equipe técnica do Ministério dos Transportes (MT).
- 5.3.8. Qualquer chamado que tenha sido encerrado sem a devida aprovação do MT ou sem que o problema tenha sido efetivamente solucionado será reativado, e os prazos serão reiniciados a partir da data de abertura original do chamado, incluindo a consideração das penalidades previstas em contrato.
- 5.3.9. A CONTRATADA deverá enviar ao MT um relatório completo que contenha uma descrição detalhada do chamado, após sua resolução, incluindo o procedimento adotado para a solução, bem como quaisquer informações adicionais pertinentes que possam prevenir a recorrência do problema em questão.
- 5.3.10. A CONTRATADA é responsável por arcar com todos os custos relacionados ao deslocamento de técnicos, transporte de componentes, equipamentos e outros gastos correlatos.
- 5.3.11. A garantia oferecida pelo fabricante Aruba/HPE para os equipamentos, softwares e licenças da solução de rede sem fio do MT não isenta a contratada de sua responsabilidade pela prestação de suporte e pelo cumprimento das demais obrigações estabelecidas no contrato.
- 5.3.12. A CONTRATADA deverá realizar um acompanhamento eficiente do acionamento da garantia sempre que necessário, com o objetivo de agilizar a resolução de indisponibilidades na solução, independentemente da origem do incidente. Este serviço deve ser disponibilizado inclusive nos fins de semana e feriados, levando em consideração a gravidade do incidente, para assegurar a pronta restauração da total funcionalidade da solução.
- 5.3.13. No caso de ocorrência de falhas em Controladoras Aruba/HPE ou em qualquer componente da Solução que resultem em indisponibilidade da rede sem fio, seja de forma parcial ou total, o incidente será classificado como Severidade Alta.
- 5.3.14. No cenário em que ocorram falhas em uma das Controladoras Aruba/HPE, mas o ambiente seja completamente mantido pela Controladora secundária, o incidente será classificado como Severidade Média.
- 5.3.15. O atendimento relacionado aos equipamentos Access Point com problemas ou defeitos, esclarecimento de dúvidas, projetos de aprimoramento, mudanças planejadas, configurações e ajustes será classificado como Severidade Baixa.
- 5.3.16. Além disso, fica a critério da CONTRATANTE a definição do nível de severidade do chamado durante sua abertura, com base na natureza específica do problema e nas possíveis implicações para o ambiente de rede sem fio. O nível de severidade deve ser claramente indicado na solicitação de serviço de suporte técnico.
- 5.3.17. A CONTRATADA deverá executar customizações, aprimoramentos e otimizações no atual portal de captura (captive portal) para visitantes dos Ministérios dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos. Isso inclui, por exemplo, a customização de recursos como autenticação por redes sociais (linkedin, instagram, facebook, twitter/x), a incorporação de elementos visuais como imagens e vídeos institucionais, a integração de questionários interativos e/ou a customização de um portal dedicado para cada Pasta.
- 5.3.18. Quando necessário, a CONTRATADA deverá realizar site survey nos ambientes dos Ministérios, com o objetivo de aprimorar a qualidade do sinal ou investigar eventuais problemas. Para esta finalidade, deverão ser utilizadas ferramentas profissionais, como Ekahau Pro ou



AirMagnet Survey, que gerarão um relatório visual de fácil interpretação. Esse relatório deverá possuir sugestões de melhorias e conterá, no mínimo, as seguintes informações: intensidade do sinal e relação sinal-ruído (SNR); cobertura secundária e terciária; taxa de transmissão (data rate) e sobreposição de canais (overlap); níveis de ruído e interferência; dados sobre roaming, RTT (Round Trip Time) e perda de pacotes; análise do estado geral das redes; avaliação de capacidade; e espectro do canal, com informações sobre utilização e potência.

## ANEXO II

### MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

AO

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Esplanada dos Ministérios, Bloco R - Bairro Zona Cívico Administrativa

70044-902 - Brasília, DF

Referência: Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ e inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no(a) \_\_\_\_\_, para a Contratação de serviços de renovação da garantia, suporte técnico, direito de atualização de versão dos softwares e suporte especializado para os ativos que compõem as soluções de TIC relacionadas abaixo, para atender às necessidades do MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, de acordo com as especificações e condições constantes do Pregão em referência, bem como do respectivo Edital e seus Anexos.

### PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR DO ITEM	METRICA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
--	1	Suporte e Garantia Técnica pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	Servidor Lenovo ThinkSystem modelo SR950	Servidor	04		
1	2	Suporte e subscrição por instância pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	VMware vCenter Server 7 Standard	Instância	01		
	3	Suporte e subscrição por processador pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	VMware vSphere 7 Enterprise Plus for vCloud Suites	CPU	16		

	4	Suporte e subscrição por instância pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	VMware NSX-t Data Center Advanced per Processor	CPU	16		
	5	Suporte e subscrição por instância pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	VMware vRealize Suite 2019 Advanced Edition (PLU)	CPU	16		
2	6	Suporte e Garantia Técnica pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	F5 Networks BIG-IP Séries i4800	Servidor	02		
	7	Suporte e subscrição pelo período de 3 anos, na modalidade 24x7	Módulos de software <i>Best Bundle</i> : Local Traffic Manage (LTM); Serviços de DNS (DNS); Advanced routing (AVR); Advanced Firewall Manager (AFM); Access Policy Manager (APM) e Application Security Manager (ASM)	Unidade	01		
	8	Suporte especializado BIG-IP, <i>Best Bundle</i>	Serviços de suporte técnico especializado para atualização, customização e transferência de conhecimento para o software e módulos do BIG-IP	Serviço Mensal	36		
3	9	Suporte e subscrição por usuário pelo período de 1 ano, na modalidade 24x7	Varonis DatAdvantage para Windows File Server	Usuário	1400		
	10	Suporte e subscrição por usuário pelo período de 1 ano, na modalidade 24x7	Varonis DatAdvantage para Microsoft Active Directory	Usuário	1400		
	11	Suporte e subscrição por usuário pelo período de 1 ano, na modalidade 24x7	Varonis DataAlert para Análise de comportamento e Alarme em tempo real de ameaças	Usuário	1400		
	12	Suporte especializado Varonis	Serviços de suporte técnico especializado para atualização, customização e transferência de conhecimento para os softwares da fabricante Varonis	Serviço Mensal	12		

--	13	Suporte especializado Aruba/HPE	Serviços de suporte técnico especializado para solução de rede Wi-Fi do fabricante Aruba/HPE.	Serviço Mensal	12		
----	----	---------------------------------	---	----------------	----	--	--

1) Dados da Proposta:

Valor Total: R\$ \_\_\_\_\_ (VALOR POR EXTENSO).

**SOFTWARE:** (deverá ser informado, obrigatoriamente, o detalhamento dos softwares a serem fornecidos, e seus respectivos custos, quando for o caso, acompanhados dos respectivos datasheets)

Nome do Software: \_\_\_\_\_ Versão: \_\_\_\_\_

Nome do Fabricante: \_\_\_\_\_

Procedência: 1. Nacional [ ] 2. Importado: [ ]

Sítio na WEB do Fabricante: \_\_\_\_\_

Responsável: \_\_\_\_\_ Telefone Contato: \_\_\_\_\_

**HARDWARE:** (deverá ser informado, obrigatoriamente, o detalhamento dos hardwares a serem fornecidos, quando for o caso, acompanhados dos respectivos datasheets)

Nome do Hardware: \_\_\_\_\_ Marca: \_\_\_\_\_ Modelo: \_\_\_\_\_

Nome do Fabricante: \_\_\_\_\_

Procedência: 1. Nacional [ ] 2. Importado: [ ]

Sítio na WEB do Fabricante: \_\_\_\_\_

Responsável: \_\_\_\_\_ Telefone Contato: \_\_\_\_\_

2) Validade da Proposta: 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

3) Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

4) Dados da empresa:

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_

Inscrição Estadual nº: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Representante(s) legal(is) com poderes para assinar o contrato:

1. Nome: \_\_\_\_\_
2. Cargo: \_\_\_\_\_
3. CPF: \_\_\_\_\_
4. RG: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Dados Bancários:

1. Banco: \_\_\_\_\_
2. Agência: \_\_\_\_\_
3. Conta Corrente: \_\_\_\_\_

Dados para Contato:

1. Nome: \_\_\_\_\_
2. Telefone/Ramal: \_\_\_\_\_

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas nos documentos de contratação.

Declaramos que temos pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.

Declaramos, ainda, que inexistirá qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com servidor ou dirigente do Ministério dos Transportes; e que foi (realizada a Vistoria nas instalações do Ministério dos Transportes, tomando conhecimento dos serviços a serem realizados / apresentada recusa formal de Vistoria), não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desenvolvimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

Atesto a não aplicação da prática do "registro de oportunidade" para o objeto ofertado na presente proposta comercial, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021.

Local e data

---

Representante Legal  
(com carimbo da empresa)

Cargo

CPF

## ANEXO III



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

### TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

PROCESSO Nº 50000.014343/2023-24

O **MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**, com sede no Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, na cidade de Brasília/DF, CEP 70044-902, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.115.342/0001-67, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a pessoa jurídica <**PESSOA JURÍDICA OU FÍSICA CONTRATADA**>, sediada na <**ENDEREÇO**>, inscrita no CNPJ/MF sob o nº <**NÚMERO DO CNPJ**>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO Nº <**NUMERO/ANO**>, doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas da CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), o [Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012](#), e [Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012](#), que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

**Informação:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

**Informação Sigilosa:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de hipótese legal de sigilo, subdividida em:

**Classificada:** em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, à qual é atribuído grau de sigilo reservado, secreto ou ultrassecreto, conforme estabelecido pela [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), e pelo [Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012](#); e

**Não Classificada:** informações pessoais e aquelas não imprescindíveis para a segurança da sociedade e do Estado abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo.

**Contrato Principal:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA**

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS LIMITES DO SIGILO**

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO; e

sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

### **CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso



dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme [art. 87](#) da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

Todas as condições, TERMO e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL; e

Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

#### **CLÁUSULA NONA – DO FORO**

A CONTRATANTE elege o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal – Justiça Federal em Brasília/DF, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo assinado eletronicamente pelas partes.

Matrícula SIAPE nº XXXXXX  
Gestor do Contrato

Matrícula SIAPE nº XXXXX  
Fiscal Técnico

Matrícula SIAPE nº XXXXX  
Fiscal Requisitante

< NOME >  
CPF:  
Representante legal da < NOME DA EMPRESA >  
CONTRATADA

## ANEXO IV

### TERMO DE CIÊNCIA

#### INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

#### IDENTIFICAÇÃO

Contrato Nº:			
Objeto:			
CONTRATANTE:	Ministério dos Transportes		
Gestor do Contrato:		Matrícula:	
CONTRATADA:		CNPJ:	
Preposto da CONTRATADA:		CPF:	

#### CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes na CONTRATANTE.

Brasília, DF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

#### CONTRATADA – Empregados

<div><div></div><div>&lt;Nome&gt;</div><div>Matrícula: &lt;Matr.&gt;</div></div>	<div><div></div><div>&lt;Nome&gt;</div><div>Matrícula: &lt;Matr.&gt;</div></div>
<div><div></div><div>&lt;Nome&gt;</div><div>Matrícula: &lt;Matr.&gt;</div></div>	<div><div></div><div>&lt;Nome&gt;</div><div>Matrícula: &lt;Matr.&gt;</div></div>
<div><div></div><div>&lt;Nome&gt;</div><div>Matrícula: &lt;Matr.&gt;</div></div>	<div><div></div><div>&lt;Nome&gt;</div><div>Matrícula: &lt;Matr.&gt;</div></div>
<div><div></div><div>&lt;Nome&gt;</div><div>Matrícula: &lt;Matr.&gt;</div></div>	<div><div></div><div>&lt;Nome&gt;</div><div>Matrícula: &lt;Matr.&gt;</div></div>

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU DECLARAÇÃO DE OPÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA

#### DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DA VISTORIA TÉCNICA

DECLARAMOS, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº XX/2023, que a empresa <Razão Social da Empresa>, registrada no CNPJ/MF <CNPJ>, representada por seu Responsável Técnico abaixo identificado, realizou VISTORIA TÉCNICA nas instalações do MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES tomando ciência de informações e instruções necessárias ao atendimento do objeto da presente licitação e à eventual elaboração de sua PROPOSTA, ao passo que nos comprometemos a manter sob sigilo e a não divulgar as informações e dados a que tivemos acesso por ocasião da VISTORIA TÉCNICA.

Ou

#### DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DA VISTORIA TÉCNICA

DECLARAMOS, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº XX/2023, que a empresa <Razão Social da Empresa>, registrada no CNPJ/MF <CNPJ>, em conformidade a previsão contida no Termo de Referência, manifestamos nossa opção por não realização da Vistoria Técnica.

Brasília/DF, <dia> de <mês> de 2023.

[assinatura e carimbo]

<Nome completo do emitente>

<Cargo do emitente>

<SIAPE do emitente>

[assinatura]

<Nome completo do representante da Empresa>

<Documento de Identificação>